

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/01/2021	Caderno: Notícias



Sexta, 29 de Janeiro de 2021 - 00:00

Afetada pela pandemia, arrecadação tributária estadual teve queda real de 3,2% em 2020

por **Lula Bonfim**



Considerando ICMS, IPVA, ITD e taxas, a arrecadação tributária do governo do estado teve uma queda real de pelo menos 3,2% em 2020, descontada a inflação (IPCA) do período, conforme informado pela **Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz-BA)** ao Bahia Notícias. Apesar de haver um crescimento nominal de 1,2% entre 2019 e 2020, de R\$ 27,083 bilhões para R\$ 27,396 bilhões, o uso de índices inflacionários é necessário para entender o valor real do dinheiro que entrou nos cofres do estado.

Em entrevista ao BN, o auditor fiscal Ricardo Alonso González afirmou que a divulgação de números sem considerar o efeito inflacionário pode confundir o público, dando impressões equivocadas quanto à arrecadação.

“Tomando por base o ICMS, que corresponde a 85% em média da receita tributária, a queda real, descontando pelo IPCA, foi de algo em torno de 3,3%. Se descontar pelo IGPM a queda real foi de 17,8%”, comentou, destacando que os dados utilizados por ele são do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A diferença, segundo González, é que o IPCA é um índice de inflação que reflete melhor a economia internamente, do Brasil, enquanto o IGPM é um índice de inflação mais amplo. Perguntado qual seria melhor, o auditor avaliou que o ideal é utilizar os dois parâmetros.

A queda real da arrecadação do estado ocorre no contexto de uma crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, que forçou o mundo a adotar o isolamento social, fechando estabelecimentos comerciais de diversos tipos.

“Com certeza, as medidas de combate à pandemia afetaram severamente a arrecadação tributária, tanto dos estados quanto dos municípios. Imagine que os shopping centers passaram um bom tempo fechados, assim como o comércio. Isso tudo representa perda de

arrecadação. Se as empresas não vendem, as indústrias não produzem, ninguém vende e o governo não arrecada”, disse o auditor.

Ricardo Alonso González comentou que a economia baiana é muito correlacionada com duas variáveis macroeconômicas: o PIB nacional e a variação do câmbio. Segundo ele, “se o PIB Brasil cresce e o câmbio cai, é positivo para a economia baiana e favorece a arrecadação tributária”, contou.

“Para 2021 tenho visto projeções de crescimento do PIB Brasil e de redução da taxa de câmbio. Se, de fato, essas projeções acontecerem, a arrecadação do estado será favorecida”, previu.

Mas nem tudo é otimismo. “Apesar desse cenário, as incertezas ainda são muitas: a Covid-19 continua em pauta, com nova cepa do vírus ainda contaminando muito, o que pode exigir novas medidas de restrição social, que impactam negativamente na atividade econômica e na arrecadação. [Há ainda o] risco fiscal do governo federal devido aos gastos de combate à pandemia e ao auxílio emergencial”, finalizou.

Arrecadação de ICMS em Feira de Santana supera R\$ 1 bilhão em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A **arrecadação** do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** em Feira de Santana, já levando em conta os efeitos da inflação de bens e serviços, medida pela variação do IPCA, seguiu avançando no último mês de 2020. No acumulado do ano foi arrecadado R\$ 1,068 bilhão, em valores nominais, ou R\$ 1,101 bilhão em valores atualizados pelo IPCA, segundo estudo coordenado pelo Departamento de Ciências Sociais (DCIS) da **Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)**. Do valor total do imposto, com a **arrecadação** de todos os municípios baianos, 75% vai para o Estado e 25% repartido entre os municípios que leva em consideração fatores como valor adicionado, a produção agropecuária, o fator ambiental, a população e o número de propriedades rurais e a área de cada um.

O município apresenta, portanto, sete meses consecutivos de aumento na **arrecadação** real de **ICMS** no acumulado de 12 meses. Mesmo com a pandemia, o crescimento da **arrecadação** real em 2020 foi de 15,2%, em relação a 2019, quando o município

arrecadou R\$ 956 milhões em valores atualizados.

Embora na passagem de novembro para dezembro tenha registrado uma diminuição de 3,9% da **arrecadação** (R\$ 112,6 milhões em novembro contra R\$ 108,2 milhões em dezembro), Feira de Santana conseguiu arrecadar mais **ICMS** em dezembro de 2020 do que em dezembro de 2019. Nesta comparação o crescimento da **arrecadação** foi 22,2%.

A participação de Feira de Santana no **ICMS** estadual na passagem de novembro para dezembro, por outro lado, permaneceu estável em 4,32%, sinalizando que, na margem, o crescimento da **arrecadação** de **ICMS** em Feira de Santana foi igual ao crescimento da **arrecadação** deste imposto no resto da Bahia.

Segundo a pesquisa a despeito da pandemia do novo coronavírus, a **arrecadação** de **ICMS** em Feira de Santana no ano de 2020 sugere que a economia feirense, em termos agregados, sofreu menos do que o esperado após o choque adverso da pandemia, que chegou a paralisar várias atividades econômicas no município. Os eventos de final ano também contribuíram significativamente com o incremento de faturamento de setores varejista e atacadistas, a exemplo de supermercados, lojas de bens de consumo e centros comerciais, refletindo na performance da participação na **arrecadação** do **ICMS** em Feira de Santana em 2020.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - ICMS, Arrecadação | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS | SEC - Secretaria da Educação - UEFS

COMPRAS ATÉ 31 DE JANEIRO CONCORREM NO PRÓXIMO SORTEIO DA NOTA PREMIADA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 31 de janeiro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**. Com resultado marcado para divulgação no dia 18/02, o sorteio de fevereiro vai considerar as notas fiscais associadas ao CPF emitidas ao longo deste mês. Será distribuído R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Quem ainda não está cadastrado pode participar se inscrevendo no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha.

O resultado dos sorteios é publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba. A Nota Premiada conta atualmente com mais de 584 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1223 pessoas, das quais 781 moram na capital, 441 no interior e uma fora do estado.

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/01/2021	



Compras até 31 de janeiro concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada

28 janeiro 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 31 de janeiro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado. Com resultado marcado para divulgação no dia 18/02, o sorteio de fevereiro vai considerar as notas fiscais associadas ao CPF emitidas ao longo deste mês. Será distribuído R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Quem ainda não está cadastrado pode participar se inscrevendo no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha.

O resultado dos sorteios é publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba. A Nota Premiada conta atualmente com mais de 584 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1223 pessoas, das quais 781 moram na capital, 441 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e, até março deste ano, serão repassados mais R\$ 3 milhões.

Ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil da Nota Premiada, a administradora Sueli Oliveira, 47, de Salvador, disse que foi uma “grata surpresa” quando recebeu a notícia, pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), de que havia sido sorteada. Ela já arrecadava notas fiscais em papel para doação a instituições do Sua Nota é um Show, e quando houve a mudança para o formato digital, fez o cadastro na Nota Premiada para poder continuar apoiando as instituições. “A partir daí, fui comprando e incluindo sempre o CPF na nota, muito mais com a intenção de apoiar as instituições do que pelo prêmio”, conta.

Ela disse esperar que as pessoas se conscientizem mais sobre a importância da campanha pelo lado social, mas também saibam que ganhar no sorteio da Nota Premiada é mais fácil do que parece, tendo em vista o total de participantes. “Com o prêmio, já comprei um carro, quitei dívidas minhas e de meu pai e fiquei com um dinheiro de reserva, como economia para uma emergência”, destaca a ganhadora.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 31 de janeiro para concorrer ao sorteio da campanha



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 31 de janeiro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**. Com resultado marcado para divulgação no dia 18/02, o sorteio de fevereiro vai considerar as notas fiscais associadas ao CPF emitidas ao longo deste mês. Será distribuído R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Quem ainda não está cadastrado pode participar se inscrevendo no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do

sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha.

O resultado dos sorteios é publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba. A Nota Premiada conta atualmente com mais de 584 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1223 pessoas, das quais 781 moram na capital, 441 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

O participante da **Nota Premiada Bahia**, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e, até março deste ano, serão repassados mais R\$ 3 milhões.

Ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil da Nota Premiada, a administradora Sueli Oliveira, 47, de Salvador, disse que foi uma 'grata surpresa' quando recebeu a notícia, pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), de que havia sido sorteada. Ela já arrecadava notas fiscais em papel para doação a instituições do Sua Nota é um

Show, e quando houve a mudança para o formato digital, fez o cadastro na Nota Premiada para poder continuar apoiando as instituições. 'A partir daí, fui comprando e incluindo sempre o CPF na nota, muito mais com a intenção de apoiar as instituições do que pelo prêmio', conta.

Ela disse esperar que as pessoas se conscientizem mais sobre a importância da campanha pelo lado social, mas também saibam que ganhar no sorteio da Nota Premiada é mais fácil do que parece, tendo em vista o total de participantes. 'Com o prêmio, já comprei um carro, quitei dívidas minhas e de meu pai e fiquei com um dinheiro de reserva, como economia para uma emergência', destaca a ganhadora.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Compras até 31 de janeiro concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 31 de janeiro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**. Com resultado marcado para divulgação no dia 18/02, o sorteio de fevereiro vai considerar as notas fiscais associadas ao CPF emitidas ao longo deste mês. Será distribuído R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Quem ainda não está cadastrado pode participar se inscrevendo no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha.

O resultado dos sorteios é publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba. A Nota Premiada conta atualmente com mais de 584 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1223 pessoas, das quais 781 moram na capital, 441 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

O participante da **Nota Premiada Bahia**, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e, até março deste ano, serão repassados mais R\$ 3 milhões.

Ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil da Nota Premiada, a administradora Sueli Oliveira, 47, de Salvador, disse que foi uma 'grata surpresa' quando recebeu a notícia, pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), de que havia sido sorteada. Ela já arrecadava notas fiscais em papel para doação a instituições do Sua Nota é um Show, e quando houve a mudança para o formato digital, fez o cadastro na Nota Premiada para poder continuar apoiando as instituições. 'A partir daí, fui comprando e incluindo sempre o CPF na nota, muito

mais com a intenção de apoiar as instituições do que pelo prêmio', conta.

Ela disse esperar que as pessoas se conscientizem mais sobre a importância da campanha pelo lado social, mas também saibam que ganhar no sorteio da Nota Premiada é mais fácil do que parece, tendo em vista o total de participantes. 'Com o prêmio, já comprei um carro, quitei dívidas minhas e de meu pai e fiquei com um dinheiro de reserva, como economia para uma emergência', destaca a ganhadora.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Compras até 31 de janeiro concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 31 de janeiro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**. Com resultado marcado para divulgação no dia 18/02, o sorteio de fevereiro vai considerar as notas fiscais associadas ao CPF emitidas ao longo deste mês. Será distribuído R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Quem ainda não está cadastrado pode participar se inscrevendo no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha.

O resultado dos sorteios é publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba. A Nota Premiada conta atualmente com mais de 584 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1223 pessoas, das quais 781 moram na capital, 441 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

O participante da **Nota Premiada Bahia**, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e, até março deste ano, serão repassados mais R\$ 3 milhões.

Ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil da Nota Premiada, a administradora Sueli Oliveira, 47, de Salvador, disse que foi uma 'grata surpresa' quando recebeu a notícia, pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), de que havia sido sorteada. Ela já arrecadava notas fiscais em papel para doação a instituições do Sua Nota é um Show, e quando houve a mudança para o formato digital, fez o cadastro na Nota Premiada para poder continuar apoiando as instituições. 'A partir daí, fui comprando e incluindo sempre o CPF na nota, muito

mais com a intenção de apoiar as instituições do que pelo prêmio', conta.

Ela disse esperar que as pessoas se conscientizem mais sobre a importância da campanha pelo lado social, mas também saibam que ganhar no sorteio da Nota Premiada é mais fácil do que parece, tendo em vista o total de participantes. 'Com o prêmio, já comprei um carro, quitei dívidas minhas e de meu pai e fiquei com um dinheiro de reserva, como economia para uma emergência', destaca a ganhadora.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Desconto no IPVA

E os motoristas baianos têm até o dia dez de fevereiro.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Para aproveitar o desconto de dez por cento no imposto sobre propriedade de veículos automotores IP ver a efetuando o pagamento em cota única existe ainda.

A opção de pagamento com cinco por cento de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto.

Data que varia de acordo com o número final da placa do veículo todas as informações.

Podem ser consultadas por meio do site da você faz Bahia no canal inspetor ir à eletrônica e pva ou do call center da secretaria da fazenda do estado a se faz Bahia pelo.

Zero oitocentos zero sete um zero zero sete um está bom.

Sete trinta e cinco vamos a um brevíssima intervalo comercial a gente volta daqui a pouquinho trazendo algumas participações no nosso whatsapp também há as informações.

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Custo na indústria aumenta 8,6%

Os custos da indústria, com base nos dados mais recentes, referentes ao terceiro trimestre de 2020, subiram 8,6%, de acordo com a pesquisa Indicador de Custos Industriais, desenvolvida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A elevação registrada está relacionada ao trimestre anterior e serve de alerta na indústria, pois a série recente mostra aumento crescente dos custos relacionados a bens intermediários, nacionais e importados.

Estes custos registraram alta de 5,3% neste terceiro trimestre, após um reajuste de 6% verificado no trimestre anterior, conforme o acompanhamento realizado pelos técnicos da CNI.

– O aumento do preço de insumos e matérias-primas começou devido às circunstâncias da pandemia, explica o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

PREOCUPAÇÃO – Segundo Azevedo, a preocupação dos empresários da indústria é com a escalada dos aumentos, provavelmente pressionada pela escassez de insumos, uma queixa de vários setores da principal atividade econômica.

O custo com bens intermediários nacionais cresceu progressivamente ao longo dos três primeiros trimestres de 2020, com o aumento aumento de 2,6%, no primeiro trimestre, seguido por 4,1% no segundo e de 6,6% do terceiro.

Já o custo tributário subiu 34% no trimestre, no entanto, o segundo trimestre de 2020 havia sido um trimestre atípico para a arrecadação tributária por conta da crise e de medidas de adiamento do prazo do pagamento de tributos postas em prática pelo governo.

“O que nós menos precisamos é de palpitesiros no tocante à formação do meu ministério. Deixo bem claro que todos os 23 ministros sou eu que escolho (...) Se alguém quiser escolher ministro, se candidate”

JAIR BOLSONARO, presidente, um dia após seu vice, Hamilton Mourão, sinalizar mudanças na equipe



PONTO DE VISTA | *O sagrado e o profano são definidos a partir do ponto de vista do interessado. Crenças, gostos, devoção ou idolatria não são absolutos e não implicam, necessariamente, em desrespeito aos diferentes.*

Olga Leiria / Ag. A TARDE

A vacina e a esperança renovada

Uri Lam

Rabino da Congregação Beth-El – São Paulo
urilam@gmail.com

Hoje levei meus filhos para vacinar. Seria algo comum, não fosse o fato de vivermos em um tempo em que pessoas negam a ciência e o poder preventivo das vacinas. Conte para eles sobre o Zé Gotinha. Conte sobre o Dr. Albert Sabin, nascido em 1906 na então Rússia. Judeu, Albert Sabin casou-se com a brasileira Heloisa de Abranches. A vacina que leva seu nome praticamente eliminou a pólio do mundo mundo. Conte para eles que Sabin abriu mão dos direitos de patente da vacina, facilitando assim sua difusão.

Estou convicto de que rezar para Deus pela cura sem fazermos a nossa parte adianta tanto quanto comprar um livro para dei-

xá-lo na estante, sem ler: serve de faz de conta que eu acredito e mais nada. Eu rezo para agradecer a Deus por dar aos cientistas, homens e mulheres, inteligência para criarem a vacina que previne a Covid-19.

Compartilho duas orações que traduzi, entre tantas que vêm sendo escritas no meio judaico: para antes da vacinação ou para depois, como gratidão.

Oração de gratidão por receber a vacina para Covid

Agradeço a todos os cientistas que trabalharam dia e noite para que eu pudesse receber essa vacinação

Câmara ‘popular’

Em coletiva de imprensa realizada ontem pela manhã, no plenário da Câmara Municipal de Camaçari, o presidente da Casa, vereador Júnior Borges (DEM), anunciou os planos para a gestão do biênio 2021-2022. Em sua fala, Júnior defendeu ser o papel da imprensa “muito relevante na sociedade”, se colocou à disposição, e afirmou ainda que o foco da sua gestão estará no fortalecimento da participação popular.

– Nossos anseios caminham no sentido de a Câmara ser reconhecida como uma Casa Legislativa democrática que potencializa o protagonismo popular, através de um modelo de gestão moderno e eficiente. Independente de bandeira partidária, estaremos aqui focados em cuidar de Camaçari e legislar para toda a sociedade – resumiu.

POUCAS & BOAS

● O reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Paulo Fagundes, foi recebido ontem pelo presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antônio Carlos Tramm, para debater assuntos ligados à implantação de um curso de Geologia na cidade de Campo Formoso. Embora o curso já esteja liberado para iniciar as atividades, a direção da universidade está com dificuldades para concluir o prédio onde será ministrado, por causa dos cortes no orçamento pelo governo federal, de acordo com o reitor. Uma das propostas debatidas foi a busca de apoio de empresas de mineração do estado para a conclusão do prédio.

● Em Itabuna cerca de 700 profissionais de 67 clínicas médicas e odontológicas da rede privada serão vacinados hoje contra o novo coronavírus, no Centro de Saúde José Maria de Magalhães Neto (antigo Sesp). A imunização acontece entre das 8h às 16h. De acordo com a equipe da secretaria Municipal de Saúde, as clínicas que ainda não constam no cronograma entrarão em uma fila de espera, pois a quantidade de doses recebida até agora não é suficiente para cobrir o público que deve ser imunizada na primeira etapa do Plano.

● O Hospital Santa Rita, da cidade de Barra, está desde ontem com 15 novos leitos para atender pacientes com diagnóstico de Covid-19, dos quais, cinco de UTI. Participaram da solenidade de inauguração o vice governador João Leão e o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas. A unidade, preparada para casos de média complexidade, é referência do SUS para cerca de 50 municípios da região, representando mais de 300 mil habitantes.

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

“Esperando o quê?”

Espaço do leitor: “Esperando o quê?”. Trump e Joe são problemas para os americanos. O impeachment tornou-se uma estupidez política brasileira e foi considerado como um recurso inútil no momento que um canalha quatro dedos escapou e uma anta quis passar a perna na quadrilha. A esquerda, o jumento e o cachorro são irracionalidades convergentes: o jumento empacado, nem o chicote o faz mudar de ideia; o ladrar dos cachorros jamais impediu o prosseguir das caravanas e a esquerda é A+B. A maior estupidez esquerdista foi despertar a consciência conservadora brasileira. Agora podem bufar à vontade porque o comboio é de aço inoxidável e vai seguir em frente. Apenas meu livre pensar. Axé! PAULO MENDONÇA, PAULOMENDONCA3000@GMAIL.COM

Volta às aulas

Falando sério: quando as crianças voltarão às aulas? Será que não percebem o déficit de conhecimento que terão com esse descaso descabido? Quanto será danoso à socialização dessas crianças? Sem falar na dependência dos pais, no desmanche da rotina, na implicância do dia a dia. O mais interessante, e lógico, é que os pais — os que podem —, estão juntando seus filhos particulares em aulas particulares, com pro-

fessores particulares, e ideias particulares. Mas, para a maioria, a única opção é mesmo ficar em casa e esperar o tempo passar politicamente, sem uma solução que não seja eleitoreira. Qual aluno público tem aula virtual? Tem computador ou celular em casa para assisti-las? Tem professor capacitado para ensiná-las? Ah, sim, os sindicatos, os oportunistas, a maldita politicagem. Pois, que os professores sejam vacinados; que os funcionários sejam vacinados, que se adotem protocolos rígidos, protocolares. As crianças raramente adoecem, além do mais, estão todas nas praias, nas ruas, nos playgrounds coladinhas umas nas outras. Cadê

A maior estupidez esquerdista foi despertar a consciência conservadora brasileira. Agora podem bufar à vontade porque o comboio de aço vai seguir em frente

Tenho rezado por este dia e agora ele chegou! Com grande emoção, um toque de trepidação e com profunda gratidão, agradeço a todos os cientistas que trabalharam dia e noite para que eu pudesse receber essa pequena vacinação. Isso protegerá a mim e a todas as almas ao redor deste mundo. Com a pandemia ainda furiosa, sou abençoada / abençoado por fazer a minha parte para derrotá-la. Que este seja o começo de um novo dia, um novo tempo de esperança, de alegria, de liberdade e, acima de tudo, de saúde. Eu agradeço a Você, Deus, por me abençoar com a vida, por sustentar minha vida e por me permitir chegar a esse momento pleno de reverência - amen. (Rabina Naomi Levy, Los Angeles, EUA)

Oração antes da vacinação

Que seja Sua vontade, nosso Deus e Deus dos nossos antepassados, que as vacinas

que estamos prestes a receber tragam saúde, bênção e redenção, que nos protejam do sofrimento e de doenças terríveis. Que essa vacinação funcione rapidamente, com um mínimo de dor e de efeitos colaterais. Por meio desta vacina, que possamos merecer bênção e proteção para os bebês, idosos e enfermos que não podem ser vacinados. Que seja a Sua vontade que as enfermeiras e enfermeiros, médicos e médicas que aplicam nossas vacinas desfrutem de uma vida longa e pacífica, segurança financeira e sucesso. Que o mérito de sua preservação da nossa saúde esteja em seu lugar até o fim dos dias. Pelo mérito de cumprir o mandamento “Você deve se proteger cuidadosamente” (Deuteronômio 4:15), que tenhamos o privilégio de criar nossos filhos e filhas para que realizem boas ações no mundo. Abençoado seja Deus, por escutar nossas orações. (Adaptado da oração de Hannah Katzman, Petach Tikva, Israel)

as máscaras? Será que alguém percebeu a falência das escolas? A maioria não suporta a espera, fecha-se. Escola para quê? Alguém aí já matriculou seu filho numa escola virtual? Já comprou os cadernos, os livros, os lápis? Disse-me uma criança de 10 anos que os professores não estavam preparados para tal, e ela, a criança, assiste uma aula por alguns minutos, depois perde o interesse e vira para o lado. “Nunca mais vou reclamar de acordar cedo para ir à escola”, disse-me. Se tiverem dúvidas, pesquisem: no Japão, por exemplo, nenhuma escola fechou as portas, nenhum aluno ficou sem aula, não sabem o que é “lockdown”. Tudo bem que são mais disciplinados, desenvolvidos, adiantados, por isso mesmo entendem melhor o conceito de democracia. Mas cá, entre nós, dizem que temos o direito de ir e vir. Inclusive, temos o direito de ir à escola. É obrigação de o Estado garantir isso. E mais: aqueles pais que não desejem levar seus filhos à escola, tudo bem, que os deixem em casa, é um direito, mas aqueles que querem levá-los, que possam, é um direito. Volta às aulas, já. Não? Só depois do Carnaval e do São João? Ok. ACHEL TINOCO, ACHELTINOCO@HOTMAIL.COM

Nunca espere o pior

Como o ser humano é vaidoso. Não perde a

oportunidade de se vangloriar e demonstrar a sua inteligência. Orgulhoso, aprende a se valorizar e fazer a sua própria propaganda. As redes sociais chegaram para a sua visibilidade. Seja o que for, vai estar sempre demonstrando o quanto é poderoso. Seja pelo seu comportamento exibicionista, pelos seus feitos gloriosos, vai sempre estar com ares superiores aos demais. Conheci pessoas humanas maravilhosas que nunca agiram dessa forma. Leves, confiantes em sua própria genialidade, mas humildes, sem demonstrar arrogância. Profissionais competentes e dedicados, com o coração gigantesco e sem nariz para cima. A época que estamos vivenciando tem nos apresentado pessoas demasiadamente bondosas e outras extremamente exibicionistas. Estamos vivendo um “tudo” diferente. A palavra normal perdeu sentido ultimamente. Senti perfeitamente a real qualidade do ator, cantor, político e de outras profissões que no decorrer deste ano nos pareceu desnecessária na nossa vida. Ainda não consigo entender a reviravolta no cinema. Muito sangue, muita morte, muita droga, muita catástrofe e demonstração do caos. Ainda não é o fim do mundo tão registrado na história. Todas as mudanças podem ser para melhor. Não esperar o pior é a melhor teoria. CRISTINA ARAÚJO, TINA_VENTURA2005@YAHOO.COM.BR

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

EXPANSÃO Caixa vai abrir 75 novas agências no país, garante Bolsonaro



www.atarde.com.br/economia

BALANÇO Após meses de saldo positivo, em dezembro o número de demissões superou o de contratações, com o fechamento de 67.906 postos de trabalho

Brasil criou 142 mil vagas formais em 2020, diz Caged

ANDREIA VERDÉLIO
Agência Brasil, Brasília

O Brasil fechou o ano de 2020 com a geração de 142.690 postos de trabalho. “A grande notícia para nós é que, em um ano terrível em que o PIB [Produto Interno Bruto - soma de todos os bens e serviços] caiu 4,5%, nós criamos 142 mil novos empregos”, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, durante coletiva virtual de divulgação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Para ele, o Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm), criado pelo governo federal durante a pandemia de covid-19, é um dos responsáveis pelo resultado, já que evitou a demissão de cerca de 10 milhões de pessoas durante o ano passado.

Pelo programa, empregadores e funcionários fizeram acordos de redução de jornada e salário ou de suspensão de contratos. Como contrapartida, o governo pagou, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), uma porcentagem do seguro-desemprego a que o empregado teria direito se fosse demitido.



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Números foram divulgados pelo Caged ontem

Apenas o setor de serviços teve saldo negativo no acumulado de 2020, com o fechamento de 132.584 postos de trabalho

“O IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] também soltou dado que confirma esse avanço, essa recuperação da economia brasileira em V [forte queda seguida de forte alta], quando anunciou quase 4 milhões de aumento na população ocupada, quando compara o trimestre de setembro/outubro/novembro sob trimestre anterior, sendo que quase 1 milhão foi de carteira assinada”,

destacou Guedes.

De acordo com dados do Caged, de janeiro a dezembro do ano passado, foram 15.166.221 admissões e de 15.023.531 desligamentos. O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, chegou a 38.952.313 vínculos, o que representa uma variação de 0,37% em relação ao estoque de referência, de 1º de janeiro de 2020.

Perdas

Após cinco meses de saldo positivo, em dezembro, o número de demissões superou o de contratações no Brasil, com o fechamento de 67.906 postos de trabalho. De acordo com o ministério, dezembro é um mês “de resaca” no mercado e essas perdas são comuns.

No acumulado do ano de 2020, apenas o setor de serviços teve saldo negativo nos empregos, com o fechamento de 132.584 postos de trabalho. A construção e a indústria lideram o ranking de contratações, com a criação de 112.174 e 95.588 empregos, respectivamente. Já no mês de dezembro, o comércio foi a única atividade com saldo positivo, com mais 62.599 empregos.

PROMOÇÃO

Liquida Salvador começa hoje com descontos de até 70%

DA REDAÇÃO

Com descontos que podem chegar a 70%, começa hoje a 23ª edição da Liquida Salvador. As promoções ocorrem até o dia 8 de fevereiro em todos os grandes shoppings e também em lojas de rua de Salvador e Região Metropolitana.

O presidente da CDL Salvador, entidade que realiza a Liquida, Alberto Nunes, falou da expectativa para esse ano. “Estamos animados com a ação porque sabemos de sua importância para o comércio. A Liquida Salvador tem tradição e uma marca que representa boas compras, boas vendas, economia para o consumidor e fluxo para as lojas. Tem ainda a questão de ajudar nos empregos e na arrecadação, um impulso positivo, e bem-vindo para a economia local neste momento”, avaliou.

O sorteado deste ano leva para casa uma Mercedes Benz C-180, e outras 20 pessoas serão contempladas com vale-compras no valor de R\$ 1000 cada uma.

Para participar da campanha e concorrer aos prêmios, o consumidor faz um cadastro no aplicativo aplicadidasalvador.com.br disponível para celular e computadores. Cada R\$ 50 em compras pode ser trocado por um cupom.

IMÓVEIS

Moura Doubex amplia investimentos no Nordeste

RODRIGO TARDIO

Fundada em Pernambuco há 37 anos, com foco em empreendimentos verticalizados, a incorporadora Moura Dubeux, maior do Nordeste, tem investido cada vez mais na região. Só em Salvador, recentemente, foram três lançamentos, que totalizam uma média de Valor Geral de Vendas (VGV) em torno de R\$ 234 milhões.

Entre os projetos, o mais recente é o Mirat Martins de Sá, empreendimento de alto padrão no Horto Florestal. Também de alto padrão há o Olhar Caminho das Árvores. Pensando em outro público, o 'Orquidário', terceiro empreendimento da Moura Dubeux, é voltado para a população de média renda, situado no bairro Parque Bela Vista. Os três empreendimentos trazem medição individual de água e gás, reaproveitamento de água e iluminação com led e vagas para carros elétricos.

De acordo com o CEO da incorporadora, Diego Villar, só em 2020 foram 10 lançamentos no Nordeste, aumento de 107,1% sobre os quatro empreendimentos lançados no período passado. O diretor regional da Moura Dubeux, Fernando Amorim, afirma que a incorporadora vai seguir investindo cada vez mais na capital baiana.

**DENUNCIE,
CONTRIBUA,
PARTICIPE!**

**VOCÊ FAZENDO PARTE
DO DIA A DIA DO SEU
BAIRRO E DA SUA
CIDADE**

ENVIE FOTOS OU VÍDEOS

**CIDADÃO
DÃO
REPÓRTER**



71 8109-3965

SEJA UM CIDADÃO REPÓRTER

Contas do governo têm rombo recorde de R\$ 743,1 bi

DÉFICIT HISTÓRICO A pandemia levou o Brasil a ter em 2020 o maior rombo de sua história e ainda deixou uma cicatriz nas contas públicas que só deve ser sanada em 2027, quando há a previsão de que o país volte finalmente a registrar receitas maiores que despesas. O déficit foi de R\$ 743,1 bilhões, o equivalente a 10% de toda a renda gerada pela economia brasileira em um ano e medida no Produto Interno Bruto (PIB).

Com as finanças no vermelho desde 2014, o Brasil foi atingido pela pandemia num momento em que já tinha fragilidade fiscal e se viu obrigado a abrir os cofres para bancar políticas de assistência a empresas e famílias vulneráveis à crise provocada pela covid-19.

O rombo de 2020, porém, poderia ter sido pior. A expectativa era que ele superasse a barreira dos R\$ 800 bi

A dívida deu um salto e chegou a 90% do PIB, e o superávit, que já vinha sendo adiado ano a ano, ficou ainda mais distante. A equipe econômica tem reforçado o discurso na defesa de reformas fiscais que ajudem a conter os gastos públicos e antecipem a trajetória de melhora nas contas.

"Depende de nós, se avançarmos com reformas que melhorem a eficiência do gasto e permitam melhorar a arrecadação em proporção do PIB. A reforma tributária e a administrativa afetam as trajetórias de receitas e despesas e fazem com que superávit possa chegar mais cedo", disse o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal.

O rombo de 2020, porém, poderia ter sido pior. A expectativa era que ele superasse a barreira dos R\$ 800 bilhões. No entanto, além de uma parte das despesas con-

tra covid-19 terem ficado para 2021, um gasto menor que o previsto com benefícios previdenciários, salários de servidores, abono e seguro-desemprego no ano passado acabou ajudando o Tesouro Nacional.

As despesas discricionárias, que incluem os investimentos, ficaram R\$ 7,6 bilhões abaixo do previsto. Houve ainda desvios em despesas previdenciárias (R\$ 7 bilhões), abono e seguro-desemprego (R\$ 4,5 bilhões) e despesas de pessoal (R\$ 3,2 bilhões). O déficit do INSS, que havia sido estimado em R\$ 268,2 bilhões em novembro, acabou ficando em R\$ 259,1 bilhões no fechamento do ano — uma diferença de R\$ 9,1 bilhões.

Diante desse quadro, o governo deve fazer uma revisão dessas despesas para este ano, o que deve ajudar no desafio de cumprir o teto de gastos.

INFLAÇÃO DO ALUGUEL ATINGE 2,58%

IGP-M A inflação começou o ano pressionando o bolso de quem mora de aluguel. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), usado para reajustar a maioria desses contratos, voltou a acelerar em janeiro, para 2,58%, segundo dados divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em dezembro, a taxa fora de 0,96%. Com a alta, em 12 meses, a inflação do aluguel acumula alta de 25,71%, bem acima de outros índices de inflação, como o IPCA e o INPC.

JUROS PARA FAMÍLIAS CAEM EM DEZEMBRO

BANCO CENTRAL As famílias e empresas pagaram taxas de juros mais baixas em 2020, de acordo com as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). No crédito às famílias, a taxa média atingiu 37% ao ano em dezembro, o menor da série histórica iniciada em 2011, com reduções de nove pontos percentuais se comparado a 2019 e de 1,2 ponto percentual em relação a novembro passado.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,4367	R\$ 5,4381
Dólar Turismo	R\$ 5,387	R\$ 5,387
Euro Turismo	R\$ 6,50	R\$ 6,81

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	118.883,25	2,59%

POUPANÇA

28/1/2021	0,759%
-----------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Dezembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,91%	4,02%	4,02%
INPC/IBGE	1,80%	5,45%	5,45%
IGP-M/FGV	0,96%	25,71%	25,71%

DÓLAR SOBE E FICA EM R\$ 5,436

Mercado O dólar encerrou ontem vendido a R\$ 5,436, com alta de R\$ 0,029 (+0,53%). No mercado de ações, o índice Ibovespa, da B3, fechou aos 118.883 pontos, com alta de 2,59%. Apesar da recuperação de ontem, o indicador está 5% abaixo do nível recorde de 125.076 pontos registrado em 8 de janeiro.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Mundo paralelo da equipe econômica

No ano passado o mercado de trabalho encolheu, fortemente. É até óbvio. Aqui e no mundo a pandemia foi devastadora para o emprego. A equipe econômica de Jair Bolsonaro quer fazer crer que houve criação de emprego e que ao fim do ano o país tinha 142.690 de vagas a mais com carteira assinada do que em 2019. No mesmo dia, no mesmo governo, a informação do IBGE é que no trimestre terminado em novembro havia 3,5 milhões de trabalhadores a menos com carteira assinada em relação a 2019. No mercado como um todo, a queda é de 8,8 milhões de pessoas ocupadas.

O Caged, divulgado pelo Ministério da Economia, registra as demissões e contratações do mercado formal. O IBGE faz a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Eles medem coisas diferentes, mas quando o IBGE diz que são empregados com carteira está, teoricamente, medindo a mesma parcela do mercado de trabalho que o Caged. Em algum momento, deveriam convergir, mas estão discrepantes.

O ministro Paulo Guedes anunciou o número do Caged, que registrava perda de emprego, 67 mil em dezembro, mas

que terminava o ano com o saldo positivo. E o fez repetindo discurso político com comparações com o pior período petista. Uma perda de tempo, porque ele poderia até contar uma boa história comparando esse ano singular que foi 2020 com o que poderia ter sido. As medidas do governo de fato atenuaram as demissões e a recessão. O PIB deve ter uma queda em torno de 4,5%. As previsões iniciais eram bem piores. Mas não há como negar que foi um ano terrível para o mercado de trabalho.

O economista Daniel Duque, do Ibre/FGV, que foi um dos primeiros a alertar para a diferença que estava acontecendo entre o Caged e o IBGE, tinha no começo duas hipóteses para a discrepância: subnotificação e metodologia.

“A subnotificação aconteceu

mais no meio da pandemia, lá para abril a junho”, explicou.

O Caged é feito a partir da informação das empresas. Muitas fecharam as portas e nada informaram. Houve dificuldade de registro também por causa de mudança na metodologia que houve em janeiro do ano passado. Emprego intermitente antes não era obrigado a informar. Agora no novo Caged é. Há outras alterações que parecem confusas até para os especialistas.

“A questão toda é que quando a gente tem uma série é preciso ter referência sobre como ela se comporta. O Caged sempre teve correspondência boa com o PIB e nível de atividade. Quando acelera, tem emprego e vice-versa. O novo Caged a gente não sabe mais a referência. Num ano de queda do PIB, há geração

líquida de 142 mil vagas”, diz Daniel Duque.

E o IBGE, o que disse ontem? A Pnad mostra dados trimestrais. De setembro a novembro o Brasil chegou a uma taxa de 14,1% de desocupação, ligeiramente menor do que no trimestre anterior terminado em agosto. Mas representando 14 milhões de pessoas desempregadas, ou seja, procuraram emprego e não encontraram. Com a pandemia, a necessidade de distanciamento social, as medidas restritivas mais severas, muita gente nem procura emprego. Então não entra na estatística. Os desalentados, que nem pensam em procurar, são 5,7 milhões. Há uma grande tragédia no mercado de trabalho. Não adianta agarrar-se a um dado que deu positivo para elogiar-se e atacar o adversário político.

Ademais, Ministério da Economia deveria ser técnico, e não ficar todo o dia atravessando a rua para brigar do outro lado.

Daniel Duque ajuda a entender essa complexidade que está sendo medir o que acontece no mercado de trabalho no meio da pandemia:

“Pnad e Caged contam histórias muito diferentes. Desde o início da pandemia, o Caged mostrava uma queda muito menor do emprego, e depois passou a mostrar uma recuperação mais forte do que o dado da Pnad para o emprego formal. O IBGE, quando mostra a recuperação do emprego, é principalmente do informal. Eu tendo a acreditar mais na Pnad Continua por vários motivos. Um deles é que tem maior correspondência com a atividade econômica”.

Equipe econômica que se agarra a um número parcial positivo e não vê o todo não ajuda muito a enfrentar a crise. Até porque nós estamos em novo agravamento do número de mortes e contágios, e há muita incerteza na economia. O país tem um outro ano duro pela frente em que a capacidade de formulação de políticas para atenuar os problemas será novamente exigida.

CONTEÚDO PATROCINADO

Mineração e desenvolvimento

ENTREVISTA Em entrevista à CBPM, secretário de Geologia e Mineração do MME, Alexandre Vidigal, fala das 110 metas instituídas no ano passado e aponta prioridades da secretaria para 2021



Alexandre Vidigal é secretário de Geologia e Mineração do MME

DIVULGAÇÃO

Para mim a palavra de 2021 para a mineração é crescimento. As perspectivas para o setor no nosso país são as melhores possíveis. E não digo só o crescimento em cifras, mas olhando para as questões de governança, sustentabilidade e de respeito ao meio ambiente.

ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA

À frente da secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME desde janeiro de 2019, Alexandre Vidigal de Oliveira é juiz federal aposentado, tendo atuado em Brasília, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Doutor em Direito, suas atividades no Judiciário estão associadas a análise e decisão de questões no setor público, inclusive no setor energético, de petróleo e mineração.



CBPM: Lançado no final de setembro do ano passado, o Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD) define a agenda do Governo Federal para a mineração e instituiu 110 metas a serem cumpridas até 2023. Na sua opinião, o que já foi cumprido até o momento e qual o impacto para a mineração?
Vidigal: Este é um programa que não começou do dia para a noite. Nós estamos trabalhando nele desde 2019, começamos definindo o arcabouço das ações e muito do que está no programa já vinha sendo colocado em prática. Hoje 85% do programa está em pleno desenvolvimento. Os 15% restantes são o que demanda ações que não são nossas, mas de outras instituições.
As metas do programa estão distribuídas e são acompanhadas por 4 departamentos aqui da secretaria, com outras tantas coordenações. Temos umas 10 a 12 chefias

trabalhando diariamente para fazê-lo acontecer.

Uma das metas do nosso plano que já foi desenvolvida é a questão da lei de barragens. Toda a legislação que levou a essa crise que agora faz dois anos, foi revista e levou a uma agenda que traz mais governança e responsabilidade sobre o assunto.

Outro exemplo são os acordos bilaterais. Editamos recentemente um decreto tratando do Grupo de Trabalho para o desenvolvimento dos minerais estratégicos. Dentro deste assunto tivemos também o acordo assinado com o Japão há 15 dias [em 8 de janeiro] sobre nióbio e grafeno. Outra questão desta agenda é o lítio, cada dia mais importante por conta das baterias.

O que o setor mineral pode esperar do PMD para 2021?

O programa é uma prioridade como um todo. Nosso compromisso é de realizar o programa na totalidade até 2023. O mandato termina no final de 2022, mas vamos deixar todos os passos encaminhados para que o próximo governo conclua com sucesso as 110 metas do programa.

Agora, o que posso apontar como destaque para este ano são a questão da segurança de barragens, que segue prioritária. Temos também um forte trabalho na reestruturação da ANM. Outra atenção grande é na pesquisa geológica, área que a Bahia tem muito destaque por conta também da CBPM. Nós estamos trabalhando intensamente na CPRM com desenvolvimento de novos alvos, buscando mais conhecimento.

Já é reflexo destes esforços o informe publicado pela CPRM esta semana [última segunda-feira, dia 25] sobre áreas com potencial para Potássio na Baía do Amazonas, que vai ser importantíssimo para a agricultura. O garimpo ilegal está sempre no nosso radar também, pois todo dia surge uma questão.

Há ações no PMD que impactam ou beneficiam diretamente a Bahia?

A Bahia vem se relevando como um grande player da mineração nacional. A principal questão agora é logística, de escoamento. Este assunto está representado principalmente pela Fiol [Ferrovia de

Integração Oeste-Leste], que é parte do programa de governo do Ministério de Infraestrutura. Acredito que os maiores projetos de infraestrutura federais hoje na área de logística se encontram na Bahia, com a Fiol e o Porto Sul.

Como o senhor vê a participação da Agência Nacional de Mineração (ANM) no cumprimento das metas estabelecidas pelo programa?

A ANM é uma peça-chave para o sucesso do programa. Nós aqui da secretaria definimos as políticas, mas quem coloca em prática é a Agência. Então se a agência não funciona, o plano também não teria como funcionar.

Segundo matéria do jornal O Estado de S. Paulo, publicada em 11 de janeiro último, a ANM possui uma fila de 74 mil áreas aguardando decisão. Qual a sua opinião sobre os trabalhos da agência na análise dos processos para liberação de áreas?

Eu digo que o número de processos é até maior do que isso. Esse foi um passivo que a agência recebeu de anos de processos acumulados e que não temos como resolver de

dia para a noite. Mas estamos empenhados e trabalhando para informatizar os fluxos de processos, acelerar as tramitações e modernizar a atuação da agência como um todo, o que vai levar a uma redução cada vez maior desta fila.

Por exemplo: o MME assinou no ano passado um convenio com plano mundial para modernizar as agências vinculadas a ele, do qual R\$ 15 milhões estão indo para a ANM, fora os recursos próprios do orçamento.

Quais as suas considerações sobre 2021 para a mineração brasileira?

Para mim a palavra de 2021 para a mineração é crescimento. As perspectivas para o setor no nosso país são as melhores possíveis. E não digo só o crescimento em cifras, mas olhando para as questões de governança, sustentabilidade e de respeito ao meio ambiente.

Este conteúdo tem o oferecimento da Mineração Carabá e o apoio institucional da CBPM.

O ESTÚDIO CORREIO PRODUZ CONTEÚDO SOB MEDIDA PARA MARCAS, EM DIFERENTES PLATAFORMAS.

ECONOMIA

Moura Dubeux cresce e aposta em novos lançamentos

EMPRESA Apesar da pandemia de covid, a incorporadora pernambucana Moura Dubeux tem motivos de sobra para comemorar os resultados de 2020. A companhia alcançou, no ano passado, R\$ 710 milhões em vendas líquidas - 25% a mais em relação a 2019. Em Salvador, as vendas líquidas chegaram a R\$ 125 milhões no último ano.

Em 2020, na capital baiana, a empresa lançou três empreendimentos, somando 305 apartamentos, com Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 234 milhões, o que representa um aumento de 5% em relação a 2019.

A empresa atua em cinco estados nordestinos: Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Somando os locais, fez 10 lançamentos no último ano com um total de 1.268 apartamentos (o número de unidades lançadas foi 112,4% superior ao de 2019) e um VGV de R\$ 791,17 milhões. Foi registrado um aumento de 107,1% no VGV sobre os R\$ 382,02 milhões dos quatro empreendimentos lançados em 2019.

O CEO da empresa, Diego Villar, considera os números positivos dado o grave cenário econômico provocado pela covid-19. Durante encontro com jornalistas de Salvador, ontem, ele contou que a incorporadora lançou, em 2020, mais produtos que no ano anterior mesmo em meio a uma pandemia "por acreditar no Nordeste e na economia".

Gerente regional da Moura Dubeux para a Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, Fernando Amorim, explica o movimento do mercado: "O setor imobiliário passou por uma crise forte entre 2015 e 2019. Pensamos que 2020 seria um ano maravilhoso, mas a pandemia chegou nos dando um banho de água fria no primeiro semestre. Apesar disso, o segundo semestre do ano passado foi espetacular".

A Moura Dubeux estava preparada para esse momento de fortalecimento do setor, por isso, conseguiu aproveitar a alta. "Acreditamos no Nordeste, mesmo com a crise quando a Selic chegou a 14,25%, nós continuamos nas cidades. Isso, com a abertura



Villar: "Vacinação contra a covid e a manutenção dos juros em níveis baixos apontam para um ano positivo"

de capital, permitiu que a nossa empresa estivesse bem posicionada para oferecer os produtos", pontua Villar.

Com bases em pesquisas, a incorporadora consegue se adaptar às novas vontades dos clientes, que passaram a ter algumas prioridades devido à pandemia. No novo lançamento da empresa, o Mirat Martins de Sá, um edifício de alto padrão no Horto Florestal, foi feita a integração da sala, varanda e cozinha visando as famílias que queriam

●● **Acreditamos no Nordeste, mesmo com a crise, nós continuamos nas cidades, investindo em novos lançamentos**
Diego Villar

CEO da Moura Dubeux

●● **Só em Salvador, em 2021, vamos gerar entre 800 e mil empregos diretos**
Fernando Amorim

Gerente regional da Moura Dubeux para a Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte

mais espaço.

Além do Mirat Martins de Sá, ainda foram introduzidos no mercado de Salvador pela incorporadora o Olhar Caminho das Árvores, de alto padrão, e o Orquidário, no Parque Bela Vista, de médio padrão.

Presente no evento de ontem, o diretor-presidente da Rede Bahia, Paulo Cesena, se disse surpreso com a diversidade dos empreendimentos e o plano de crescimento da empresa na região.

Financiamento com recursos da poupança cresce 57%

IMÓVEIS Os financiamentos imobiliários com recursos da poupança cresceram 57,5% em 2020 na comparação com o ano anterior, segundo levantamento da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). Foram liberados R\$ 124 bilhões em recursos Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo ao longo do ano passado.

Em 2019, os financiamentos imobiliários feitos com recursos do SBPE somaram R\$ 78,7 bilhões. O volume de crédito para aquisição de imóveis, concedido em 2020, superou os R\$ 112 bilhões de 2014, que era o recorde até então. Em dezembro de 2020, o financiamento imobiliário alcançou os R\$ 17,5 bilhões, mais do que o dobro dos R\$ 8,7 bilhões registrados no mesmo

mês de 2019.

Do total liberado em crédito no ano passado, a maior parte - R\$ 93,9 bilhões - foi usado na compra de imóveis, sendo 80% deles usados. Os R\$ 30 bilhões restantes foram usados para a construção de novas unidades. A partir do desempenho do setor, a previsão da Abecip é que os financiamentos imobiliários com recursos da poupança conti-

nuem a crescer neste ano e alcancem os R\$ 157 bilhões, uma elevação de 27%.

A associação também estima uma expansão do crédito imobiliário com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em 2020, os empréstimos a partir dos recursos do fundo chegaram a R\$ 53 bilhões e, para 2021, a previsão é que o montante fique em R\$ 56 bilhões.

ISAC NOBREGA/PR



De acordo com os dados do Caged, de janeiro a dezembro do ano passado, foram 15.166.221 admissões e outros 15.023.531 desligamentos

“ O IBGE também soltou dado que confirma essa recuperação da economia em V [forte queda seguida de forte alta] **Paulo Guedes**

Ministro da economia

IBGE: DESEMPREGO AFETA 14 MILHÕES DE BRASILEIROS

PESQUISA A criação de vagas de trabalho no fim do ano passado, após o pior momento da crise causada pela covid-19, manteve a taxa de desemprego estável em novembro, em 14,1% no trimestre móvel encerrado naquele mês. A estabilidade foi garantida com a geração de 3,912 milhões de vagas em um trimestre, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada ontem pelo IBGE.

A taxa ficou ligeiramente abaixo dos 14,3% de outubro, mas se manteve elevada. É o maior nível para trimestres encerrados em novembro desde o início da série histórica da Pnad Contínua, em 2012. Em termos absolutos, são 14,023 milhões de brasileiros na fila do emprego, perto do recorde, de 14,105 milhões, registrado no início de 2017, fundo do poço da recessão de 2014 a 2016.

Na passagem do trimestre móvel terminado em agosto para o trimestre móvel encerrado em novembro, são 229 mil desempregados a mais, mas economistas estimam que esse contingente seguirá crescendo, num ritmo até mais forte, ao longo de 2021. Parte dessa alta já ocorreu ao longo dos meses de pandemia. No auge do isolamento social, no segundo trimestre, o total de desocupados estava em 12,791 milhões.

A estabilidade no nível de emprego foi garantida com a geração de 3,912 milhões de vagas em um trimestre, conforme os dados Pnad

BRASIL ABRIU 142 MIL VAGAS COM CARTEIRA ASSINADA EM 2020

EMPREGO FORMAL Apesar da recessão causada pelos efeitos da pandemia de covid-19 na economia, o Brasil abriu novos postos de trabalho com carteira assinada em 2020. Mesmo com as demissões comuns no fim de ano, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) encerrou 2020 com um resultado positivo de 142.690 vagas, sustentado pela construção civil e pela indústria.

A geração de postos de trabalho foi a mais tímida desde 2017, mas, em um contexto de forte crise, foi considerada uma “boa notícia” pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele lembrou que o desempenho vem a despeito de uma queda do PIB, estimada em 4,5% para 2020. “Fechamos o ano com 30 milhões de empregos com carteira, e 11 milhões de vagas preservadas pelo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm)”, afirmou o ministro.

O programa foi criado em abril e permitiu a suspensão dos contratos ou a redução de jornada e de salários, mediante uma compensação paga pelo governo. Sua validade, porém, terminou em 31 de dezembro de 2020.

Desde janeiro, empresas precisam pagar os salários integrais dos seus funcionários.

Governo quer novo programa de corte de salários

EM 2021 O Ministério da Economia estuda reeditar a medida que liberou a assinatura de acordos individuais para suspender contratos ou reduzir jornada e salário de trabalhadores, com compensação parcial em dinheiro paga pelo governo. Os debates na pasta ainda tentam vencer obstáculos técnicos e entraves relacionados a restrições orçamentárias.

Por esse motivo, o ministério elabora opções que serão avaliadas pelo ministro Paulo Guedes (Economia) antes de apresentação ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Uma das alternativas prevê o uso de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Em 2020, após decretar estado de calamidade pública e retirar amarras do Orçamento por conta da pandemia do coronavírus, o governo implementou o programa que permitia a suspensão de contratos e reduções de 25%, 50% ou 70% nas jornadas, com corte proporcional de salário.

9,8
milhões de
trabalha-
dores no
Brasil
tiveram
jornada
reduzida ou
contrato
suspensa
no ano
passado

70%
era a
redução
máxima na
jornada
com corte
proporcional
de salário; o
programa
permitia
ainda
reduções
de 25% e
50% nas
jornadas

Como compensação, o trabalhador afetado recebia um valor proporcional ao que teria direito de seguro-desemprego.

O tema foi discutido anteontem em reunião entre Guedes, Bolsonaro e representantes do setor de bares e restaurantes. Bolsonaro deu um prazo de 15 dias para que soluções sejam apresentadas.

Ao contrário de avaliações preliminares da equipe econômica, técnicos afirmam que não é necessário decretar novo estado de calamidade pública para implementar novamente o programa.

Em 2020, a medida foi prorrogada algumas vezes, mas se encerrou em dezembro após a celebração de 20 milhões de acordos feitos entre aproximadamente 10 milhões de trabalhadores e 1,5 milhão de empresários, segundo o Ministério da Economia. O programa de preservação do emprego é considerado por Guedes uma das medidas emergenciais mais efetivas da pandemia.

BOLSONARO PRETENDE BLINDAR ECONOMIA DE REFORMA MINISTERIAL

BASTIDORES No xadrez das mudanças no primeiro escalão esperadas para depois da definição do comando na Câmara e Senado, o presidente Jair Bolsonaro tem indicado a assessores próximos que não pretende dar aval para o fatiamento do Ministério da Economia, como desejam aliados. A informação é da colunista Ana Flor, co-

mentarista da Globo News.

A aproximação do Planalto com partidos do "centrão", que se iniciou no ano passado, deve se aprofundar a partir da troca dos presidentes do Senado e, em especial, da Câmara, onde o governo tem jogado pesado com promessa de cargos e liberação de verbas em troca de apoio ao líder do PP, Arthur Lira (AL).

O Ministério da Economia reúne hoje esferas que já foram 5 ministérios diferentes e é cobiçado por partidos que já comandaram estas áreas. É o caso da Secretaria de Trabalho e Previdência, que já foi um ministério comandado, em diversos governos, pelo PTB. O partido, aliado do Planalto, gostaria de voltar a dar as cartas no tema.

24h

BRASIL

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

EXPECTATIVAS PARA O REFINO

A vendas de refinarias da Petrobras está criando grandes expectativas entre as empresas que atuam na comercialização de combustíveis no Brasil. De acordo com o diretor executivo da distribuidora de combustível Larco, Alberto Costa Neto, a chegada de novos players em busca de ganhar espaço no mercado cria precificações diferentes, proporciona mais competitividade e gera forte concorrência, já que a estatal também vai continuar a negociar combustível. O diretor de operações da Larco, Márcio Sales, acredita que o principal desafio para a distribuidora está relacionado ao suprimento, essencial para o crescimento continuado da empresa, estimado em 25% a 30% ao ano. A Larco também espera ganhos para o consumidor final, não só em relação ao preço dos combustíveis diretamente, como também em um menor impacto dos valores do produto na inflação. Amém!

Este novo cenário proporcionará muitas oportunidades e desafios para a empresa, especialmente na compra de produtos **Alberto Costa Neto**

Diretor executivo da Larco

Mina sustentável

A JMC Yamana Gold é a primeira mina brasileira a participar do padrão de sustentabilidade desenvolvido pela Associação de Mineração do Canadá (Mining Association of Canada- MAC). O programa de sustentabilidade da associação é reconhecido mundialmente no apoio a empresas do setor para gerenciar riscos ambientais e sociais. O processo de implementação dura cerca de três anos e a Yamana já concluiu o primeiro ano, com o cumprimento de vários requisitos básicos e auto-avaliações para suas unidades na América do Sul, incluindo as operações de Jacobina. O Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram) já está em tratativas para trazer o programa para seus associados no Brasil.

Fusões e aquisições

As áreas de serviços gerais e de saúde foram os grandes destaques entre as fusões e transações em 2020 na Bahia, aponta um relatório da PwC, com dados até o mês de novembro. Os destaques ficaram com as aquisições da CTR Bahia pelo Grupo Marquise e do Hospital Aliança pela Rede D'Or São Luiz. Nacionalmente, essas grandes áreas também se destacaram. O setor de TI segue liderando o volume das transações, sendo responsável por 47% delas. Com 10% do total, estão os serviços de saúde, que tiveram um aumento de 26% em comparação com 2019. O Nordeste acumula 7% das transações concluídas em novembro.

7%

das operações foram realizadas na região Nordeste do Brasil

NO HORIZONTE

● **Além.** A Ambev está lançando o programa Além para conectar e potencializar o ecossistema de startups brasileiras. O programa será realizado 100% online. Mais informações em www.ambev.com.br/alem, com inscrições até o próximo domingo (dia 31).

● **Seguros.** A MAG Seguros ampliou em 15% a contratação de seguros de vida em 2020, na Bahia, em comparação 2019.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Marcela Villar*

REPORTAGEM

marcela.villar@redetbahia.com.br

A Liquida Salvador - uma das maiores importantes e tradicionais campanhas do varejo baiano - começa hoje e segue até o dia 8 de fevereiro com descontos que podem chegar a até 70%. Em sua 23ª edição, a megaliquidação conta com a adesão de mais de 5 mil pontos de vendas em Salvador e região metropolitana, abrangendo os grandes shoppings e também as lojas de rua. Para atrair os consumidores, a ação aposta ainda no sorteio de um carro de luxo e 20 vales-compras.

"Estamos animados com a ação porque sabemos de sua importância para o comércio. A Liquida tem tradição e uma marca que representa boas compras, boas vendas, economia para o consumidor e fluxo para as lojas. Tem ainda a questão de ajudar nos empregos e na arrecadação, um impulso positivo, e bem-vindo para a economia local neste momento", avalia Alberto Nunes, presidente da CDL Salvador - entidade que promove o evento.

Para Silvio Correa, superintendente da CDL Salvador, a Liquida 2021 será a mais importante dos últimos anos. "Esse ano a Liquida é mais importante por conta da pandemia, porque ela vai avançar as vendas. Teve um apelo muito forte das associações dos lojistas de fazer a Liquida no final de janeiro, porque essa data seria significativa para as trocas de coleção e impulsionamento das vendas do início do ano", diz. Ele conta que houve um aumento de 20% na adesão dos lojistas em relação a 2020.

No Shopping Itaigara, por exemplo, a adesão dos lojistas foi maior esse ano, afirma Gilson da Hora, gerente de marketing da unidade. "Esse ano, tivemos uma adesão de 80% dos lojistas. Ano passado, tivemos uma média de 60%", conta. Como consequência, ele estima que haja um crescimento do público em 14%. Uma outra forma de atrair o cliente é dar desconto também no estacionamento, válido no horário das 18h às 20h. Para ter o desconto, é preciso solicitar o carimbo em uma loja.

No Bela Vista, a estratégia para atrair e aproximar a comunicação com os clientes foi também a presença dos influenciadores digitais na campanha. "Como uma das estratégias para fomentar as vendas durante a liquidação, o Bela Vista investiu em ações de comunicação externa e interna, entre elas o uso do próprio time de influenciadores digitais para divulgar as ofertas das lojas", destaca o gerente de Marketing, Ticiano Cortizo.

CREDIBILIDADE

O presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado da Bahia (Sindilojas), Paulo Mota, vê a campanha como positiva. "Vemos a promoção como positiva porque a Li-

•• A Liquida Salvador tem tradição e uma marca que representa boas compras, boas vendas, economia para o consumidor e fluxo para as lojas Alberto Nunes
Presidente da CDL Salvador

•• Vários shopping centers, mercados e lojas de rua estão participando, equipamentos que não participaram nos outros anos Silvio Correa
Superintendente da CDL

•• Vemos a promoção como positiva porque a Liquida tem credibilidade com os consumidores. Eles sabem que o preço é baixo de verdade Paulo Mota
Presidente do Sindilojas



A megaliquidação é uma das apostas do varejo baiano para aquecer as vendas neste início de ano

Liquida Salvador começa hoje com descontos de até 70%

Comércio
Campanha deste ano envolve a participação de mais de 5 mil pontos de venda

quida Salvador tem credibilidade com os consumidores, porque sabem que o preço é baixo de verdade. Com essa crise econômica que estamos atravessando, com limitação de acesso de pessoas, temos esperança de repetir o movimento do ano passado. Se repetir, será um sucesso", diz.

Mota alerta ainda que os protocolos sanitários não devem ser esquecidos no momento das compras. "É muito importante que os consumidores façam seus cuidados nas áreas comerciais, evitam aglomerações e cumpram o distanciamento", orienta. Ou seja, nada de aperto na hora das filas e agonia para adquirir os produtos em promoção.

Quem preferir comprar de casa, também pode. A maioria dos shopping já migrou para o ambiente digital. "A compra online hoje é um sucesso. As pessoas ficam em casa e podem

comprar tranquilamente sem sair. E as lojas que estão trabalhando com e-commerce estão conseguindo abocanhar mais de 50% do mercado", diz Mota.

PRÊMIOS

Entre os prêmios desta 23ª edição da Liquida Salvador, está um automóvel de luxo, um Mercedes-Benz, Classe C 180. Os consumidores também podem ganhar um dos 20 vales-compras, de R\$ 1.000 cada um, que serão sorteados. Os clientes ficam aptos a concorrer e tem direito a um cupom para cada R\$ 50 em compras. Como incentivo para as vendas, dez vendedores de cupons premiados ganham um vale-compra de R\$ 1.000, cada um. O sorteio dos prêmios será feito às 11h30, no dia 12 de fevereiro.

*SOB ORIENTAÇÃO DA SUBCHIEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LÔBO

OFERTAS

- **SALVADOR SHOPPING**
Loja Polo Wear Bermuda Masculina por R\$ 49,99
Loja Hering Blusa de manga feminina de R\$ 69,99 por R\$ 49,99
Loja Anacapri Sandália rasteira por R\$ 59,90
- **SALVADOR NORTE**
Loja His Camisa estampada de R\$ 149,90 por R\$ 99,90
Loja Hering Kids Vestido infantil de R\$ 79,99 por R\$ 59,99
Loja Centauro Camisa esportiva feminina de R\$ 39,99 por R\$ 29,99
- **SHOPPING PARALELA**
Colombo Três calças jeans por R\$ 199,99, ternos a partir de R\$ 199,99 e 3 blusas polo por R\$ 99
Loja Esteem Conjunto tie dye cropped e saia de R\$ 269,99 por R\$ 134,99; vestido estampado de R\$ 189,99 por 94,99; macacão viscoso estampado de R\$ 239,99 por 167,99
Levi's 20% de desconto na compra de duas T-shirts
- **SHOPPING ITAIGARA**
Cheville Vestido da Reserva Natural de R\$ 494 por R\$ 247
Catip Carregador portátil P19000 mah de R\$ 140 por R\$ 99
Saik Blusa regata de R\$ 89 por R\$ 49,90
- **SHOPPING BELA VISTA**
Yes Cosmetics Yes collympticus Ares 100ml de: R\$ 79,90 por R\$ 55,93
Zinzane Sala Pala Larga preço de R\$ 219,99 por R\$ 119,99
Loja Anaport Biquíni semifio de R\$ 149,90 por R\$ 74,95
- **BOULEVARD SHOPPING CAMAÇARI**
Dini Scarpin Vizzano meia patá de R\$ 109,99 por R\$ 39,90
Óticas Design Glasses Óculos de grifes com 20% de desconto e de outras marcas, com até 50%
Di Santinni Produtos infantis e femininos com descontos a partir de 5%
- **SHOPPING BARRA**
Nagem Smartphone LG K62+ (128g) de R\$ 2.099 por R\$ 1.699
Óticas Ernesto Óculos diesel de R\$ 690 por R\$ 345
Mr Cat Sapato masculino de R\$ 259,90 por R\$ 199,90
- **SHOPPING PIEDADE**
Mitchell Camisa básica 100% algodão com estampada de R\$ 69,90 por R\$ 49,90
Reis Móveis Cama box casal de R\$ 1.600 por R\$ 1.300
Triffi Macacão Triffi Sem Costura de R\$ 109,90 por R\$ 79,90
- **SHOPPING PASEO**
Camarim Macacão estampado Animal de R\$ 1.398 por R\$ 419
Boucherie Boutique de Carnes drink gin com kombucha de R\$ 32 por R\$ 25,60
Belfort Gift Logo de pratos de R\$ 892 por R\$ 624
- **PARQUE SHOPPING BAHIA**
Monica Sanches Toda loja de 50% e acessórios 20%
Le Biscuit Produtos com 25% de descontos
Constance Até 50% de desconto

Redação
REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

Enquanto o Brasil não resolver o problema da insegurança jurídica, provocada por um ambiente político conturbado, o país deve se tornar cada vez menos atrativo para investimentos financeiros, adverte o executivo João Augusto Santos, presidente da Kordsa Brasil. Ele enumera essa situação, junto com o sistema tributário brasileiro e as deficiências na infraestrutura logística, entre os principais problemas do país na área econômica.

João Augusto foi o convidado do jornalista Donaldson Gomes, editor do CORREIO, no programa Política & Economia, transmitido ontem no Instagram do jornal (@correio24horas). "Esse é um ponto crucial. O Brasil infelizmente é visto externamente diferente do que merece. Existe uma incerteza muito grande com o país", lamenta.

Os investidores da Kordsa são turcos e têm muita dificuldade em entender como o país funciona, conta. "Isso gera uma incerteza muito grande nos investidores. Apesar de estar há dois anos com um presidente eleito pelo povo, a gente continua questionando as coisas, numa guerra entre direita e esquerda que deixa o investidor confuso", diz.

"A empresa não sabe se fará um investimento hoje e daqui a dois anos o que foi feito será validado. Isso cria uma insegurança. Quem quer investir precisa saber onde está colocando o dinheiro", avisa.

DESEMPENHO

Se o cenário geral é de incerteza, no caso da Kordsa o resultado é contentamento. O ano passado foi marcado por dois momentos do ponto de vista operacional para a empresa. Na primeira metade, a unidade chegou a paralisar a produção por dois momentos, diante de uma brutal queda de demanda. Num desses momentos, foram 20 dias em espera. Mas na segunda metade do ano, a situação virou.

"O ano de 2020 foi um ano de muito desafio, um ano difíssimo, com um impacto incensurável para as pessoas. Foram 210 mil mortes, é algo extremamente lamentável. Na Kordsa, desde o início estivemos sempre muito preocupados em garantir a segurança dos nossos empregados", diz. Segundo ele, desde março todas as medidas de prevenção foram implementadas.

Segundo João Augusto, apesar de uma queda de 30% na demanda, a partir de agosto a situação se inverteu até de maneira "inesperada", lembra. "Desde meados de julho, estamos operando a toda a carga, com o mercado nos

●● Esse é um ponto crucial. O Brasil infelizmente é visto externamente diferente do que merece. Existe uma incerteza muito grande com o país

●● Apesar de estar há dois anos com um presidente eleito pelo povo, a gente continua questionando as coisas, numa guerra entre direita e esquerda que deixa o investidor confuso

●● A empresa não sabe se fará um investimento hoje e daqui a dois anos o que foi feito será validado. Isso cria uma insegurança. Quem quer investir precisa saber onde está colocando o dinheiro

●● Não tivemos vergonha buscar no mercado as melhores práticas, tentar entender o que dava certo no ambiente e fomos melhorando

●● Nosso tecido é exatamente o material que é responsável pela segurança do pneu, chamado de reforçador, e nós gostamos de enxergar quem trabalha conosco como reforçadores, que estão ali para reforçar



Brasil é visto com muita incerteza lá no exterior

QUEM É

● **João Augusto Santos**
Atualmente é diretor presidente da Kordsa Brasil, empresa reconhecida como a melhor empresa para se trabalhar no Brasil por dois anos consecutivos em processo conduzido pela FIA/USP e o portal UOL. Formado em engenharia Química pela UFBA com MBA em gestão empresarial e Finanças pela FGV, possui mais de 20 anos de experiência nas indústrias de bebidas, petroquímica e Têxtil

demandando bastante. Todo o trabalho feito em conjunto com nossos operadores", diz. "Apesar de tudo, conseguimos fechar com um resultado financeiro positivo e fomos a única planta do grupo que atingiu os resultados previstos", diz.

O presidente da Kordsa acredita que o ano de 2021 será ainda melhor que o de 2020 para a empresa.

O desempenho positivo da empresa sediada em Camacari levou a escolher o local para o investimento numa nova unidade industrial, para a produção de uma substância chamada kratos, que é uma substância usada

para reforçar o concreto. A montagem da planta industrial está prevista para acontecer ainda esse ano, com o início da produção previsto para 2022. "A gente conseguiu reconquistar a confiança dos nossos acionistas, fazer com que voltem a acreditar no time do Brasil", destaca.

A expectativa da empresa é de que essa nova unidade de reforço para concreto abra um novo mercado para a empresa no país. O investimento estimado é de US\$ 5 milhões (pouco mais de R\$ 30 milhões), que deverá render entre 15 a 20 novas pessoas para a empresa.

REFORÇANDO VIDAS

A Kordsa Brasil é uma "empresa de reforço", define o presidente da empresa. "Nossa missão é reforçar vidas", diz. O principal produto da empresa são estruturas para pneus, mais especificamente criando uma espécie de lona de nylon e poliéster. A empresa integra uma multinacional, controlada pelo segundo maior conglomerado empresarial da Turquia, com atuação em diversos segmentos no país europeu.

Agora em 2020, a Kordsa Brasil foi reconhecida como "a mais incrível empresa para se trabalhar". Até chegar lá aconteceu um grande processo de transformação. "Esse é um reconhecimento que não é para a Kordsa, é para a Bahia", acredita João Augusto Santos.

"Reinforcers" - reforçadores, em português, é como a empresa chama os seus 415 colaboradores. Segundo Santos, eles foram fundamentais para a virada que aconteceu nos últimos anos.

"A gente saiu de uma dificuldade muito grande. Em 2011, a empresa viveu uma situação muito complicada, com um resultado financeiro ruim e uma desmotivação muito grande das pessoas e tinha risco até de fechamento da unidade no Brasil", lembra. João Augusto tinha trabalhado anteriormente na empresa e retorna em 2012 "no olho do furacão", como ele mesmo lembra.

No processo de diagnóstico da situação, foi feita uma pesquisa de clima e engajamento que mostrou apenas 16% dos operadores alinhados com os propósitos da empresa. Atualmente, o engajamento está na faixa dos 90%. "Parecia ser um erro um resultado tão ruim, mas quando você fazia a correlação com o desempenho financeiro ficava muito claro que a situação era mesmo muito ruim mesmo", lembra.

O caminho foi se aproximar das pessoas e buscar entender em outras empresas no mercado como as que se destacavam como um bom ambiente para o trabalho se comportavam. "Não tivemos vergonha buscar no mercado as melhores práticas, tentar entender o que dava certo no ambiente e fomos melhorando", conta. O processo se repetiu até que em 2019 a empresa foi reconhecida pela FIA/USP, em parceria com a Você SA, como a melhor empresa para se trabalhar no Brasil, desempenho que se repetiu no ano passado, com o nome de "a empresa mais incrível para se trabalhar no Brasil, desta vez numa parceria da FIA/USP com o Portal UOL.

"Nosso tecido é exatamente o material que é responsável pela segurança do pneu, chamado de reforçador, e nós gostamos de enxergar quem trabalha conosco como reforçadores, são pessoas que estão ali para reforçar", compara,

Tribuna

Mais poderes

O governador Rui Costa (PT) enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um projeto que concede mais poderes à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). O projeto estabelece normas para destinação de bens imóveis do Estado, com o objetivo de viabilizar empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, inclusive mediante parcerias com o setor privado. A pasta hoje é comandada pelo vice-governador João Leão (PP), mas deve passar para o atual presidente da AL-BA, Nelson Leal, assim que ele deixar o comando do Legislativo.

Orçamento 1

O Município de Camaçari investiu, ao longo de 2020, 24% do seu orçamento na área da saúde devido à pandemia da Covid-19. No total, a prefeitura aplicou R\$ 232,7 milhões nesta área para garantir estrutura adequada em sua rede a todas as pessoas que necessitam de atendimento por causa do coronavírus. Com isso, o município aplicou 9% a mais do que o mínimo obrigatório, que é de 15% do orçamento. Os dados foram divulgados pela Prefeitura, ontem.

Orçamento 2

Em números gerais, Camaçari contou com um acréscimo de R\$ 87 milhões na área da saúde, levando em consideração o volume total investido e o mínimo obrigatório, que seria em torno de R\$ 145 milhões. "No final das

liberem os impostos à
ção de armas. Pudera, o
grande. Os jornais estão
fos de casos envolvendo
s vítimas de livros perdidos
aça ou no coração. Tragicô-
ameaçador. Quem foi
por um livro, pede mudan-
gressista. Por bala, não
ada. O escritor russo Lev
autor de "Guerra e Paz" –

contas, nós investimos
cerca de 9% a mais do
que o mínimo exigido, o
que representa quase
R\$ 87 milhões. O municí-
pio não poupou esforços
para prestar assistência à
população e garantir toda a
estrutura para todos que
precisavam de algum tipo
de atendimento", destacou
o prefeito Elinaldo Araújo
(DEM).

Tribuna

Brasil abre 142 mil vagas de trabalho com carteira assinada em 2020

ESTADÃO CONTEÚDO

O Brasil criou 142.690 empregos com carteira assinada em 2020, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem.

Foi o terceiro ano seguido com geração de empregos formais, mas foi o pior resultado para um ano fechado desde 2017 - quando foram fechadas 20.832 vagas com carteira assinada.

Esses números referem-se apenas ao trabalho com carteira assinada. O mercado de trabalho brasileiro é formado, na sua maior parte, pelo trabalho informal - daí a diferença com os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também foram divulgados ontem.

Nos quatro meses de auge da pandemia de covid-19 - de março até junho -, o Caged registrou 1,618 milhão de demissões a mais do que contratações. Já entre julho e dezembro, 1,418 milhão postos formais foram recriados.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comparou os



BRASIL criou 142.690 empregos com carteira assinada em 2020, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

resultados do mercado de trabalho formal de 2020 - ano marcado pela pandemia de covid-19 - com os resultados dos anos de 2015 e 2016, também afetados por uma recessão. "Em 2015 foram fechadas 1,5 milhão de vagas e em 2016 foram destruídos outras 1,3 milhão de empregos".

"Fechamos o ano (2020) com 30 milhões de emprego com carteira, e 11 milhões de vagas preservadas pelo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm)", afirmou. O BEm é o programa

criado no ano passado que permitiu às empresas cortarem jornada e salário dos funcionários, que receberam um complemento da remuneração pago pelo governo.

O desempenho positivo no ano era esperado pelo ministro e pela maior parte do mercado financeiro. O resultado do Caged em 2020 ficou dentro do intervalo das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast. As projeções eram de fechamento de 94.000 vagas à criação de 323.425 vagas no ano passado, sendo a

projeção mais comum criação de 170.410 postos de trabalho.

Após cinco meses em que a geração de vagas superou as demissões, o mercado de trabalho brasileiro interrompeu em dezembro a sequência de recuperação no emprego formal. Foram fechadas 67.906 vagas com carteira assinada no mês passado, de acordo com os dados do Caged.

No entanto, esse foi o melhor resultado para o mês desde 1995, segundo o órgão, já que o último mês do ano é normalmente de fechamento de vagas de trabalhadores temporários. O resultado de dezembro decorreu de 1.239.280 admissões e 1.307.186 demissões.

Em dezembro de 2019, houve o fechamento de 307.311 vagas com carteira assinada. Tradicionalmente, os desligamentos costumam superar as contratações no último mês do ano, cujo resultado médio no Caged é negativo em 370 mil vagas.

A maior parte do mercado financeiro já esperava uma retração no emprego no mês passado. O desempenho do Caged em dezembro ficou dentro do intervalo das estimativas de analistas.

Tribuna

Desemprego no país cai para 14,1% em novembro

ESTADÃO CONTEÚDO

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 14,1% no trimestre encerrado em novembro de 2020, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) mensal divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa foi a mais alta para esse período desde o início da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012.

O resultado veio igual à mediana das expectativas dos analistas consultados pelo Projeções Broadcast. Em igual trimestre de 2019, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 11,2%. No trimestre encerrado em outubro, a taxa de desocupação ficou em 14,3%. O número de desempregados foi estimado em 14 milhões.

A renda média real do trabalhador foi de R\$ 2.517 no período, o que representa alta de 4,0% em relação a igual trimestre de 2019.

O total de pessoas ocupadas aumentou 4,8% e chegou a 85,6 milhões. São

3,9 milhões de pessoas a mais no mercado de trabalho em relação ao trimestre anterior. Com isso, o nível de ocupação subiu para 48,6%.

Segundo a analista da pesquisa, Adriana Beringuy, o crescimento da ocupação é explicado pelo retorno das pessoas ao mercado de trabalho após a flexibilização das medidas adotadas para combate da pandemia de covid-19 e pela sazonalidade de fim de ano especialmente no comércio.

“O crescimento da população ocupada é o maior de toda a série histórica. Isso mostra um avanço da ocupação após vários meses em que essa população esteve em queda. Essa expansão está ligada à volta das pessoas ao mercado que estavam fora por causa do isolamento social e ao aumento do processo de contratação do próprio período do ano, quando há uma tendência natural de crescimento da ocupação”, explica. A maior parte do crescimento da ocupação veio do mercado informal. Um exemplo é o número de empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, que cresceu 11,2%.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 29/01/2021	Página: 06

Tribuna

Rui Costa faz entregas em infraestrutura hídrica

Após agenda em Aporá, na manhã de ontem (28), o governador Rui Costa seguiu para o município vizinho Ácajutiba. Na oportunidade foram entregues 2.600 metros de tubos e um reservatório para implantação do sistema simplificado de abastecimento de água, na localidade de Cumbe. Para esta ação, que beneficiará mais de 100 moradores da localidade, foram destinados R\$ 80 mil.

“Esse investimento faz parte do programa Água Para Todos, maior programa de abastecimento de água do Brasil. E como sempre digo, água é sinônimo de vida e saúde para a população. O objetivo é que a população tenha água tratada, água potável em suas casas”, afirmou Rui. O governador anunciou, ainda, que irá destinar cerca de R\$ 700 mil para a reforma dos boxes da feira livre um trator com implementos será entregue ao município.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/01/2021	



Atendimento na Rede SAC é realizado 100% por agendamento no SAC Digital

28 janeiro 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

O sonho de todo cliente da Rede SAC era chegar ao posto e ser atendido tranquilamente, sem agonia, sem fila, sem espera. O sonho virou realidade desde março de 2020, quando o atendimento em todos os postos SAC no Estado passaram a ser 100% por agendamento. Atualmente, para ser atendido em qualquer posto SAC, é preciso fazer o agendamento prévio.

Para agendar o atendimento, é necessário baixar o aplicativo SAC Digital ou acessar o endereço www.sacdigital.ba.gov.br na internet. Após isso, o cidadão será atendido no dia e hora marcados, sem precisar chegar cedo e nem enfrentar aglomerações. Basta comparecer ao local com 15 minutos de antecedência do horário agendado. O cidadão deve ir sozinho ao posto, exceto em casos de prioridade como idosos, crianças ou pessoas com dificuldade de locomoção.

Para a coordenadora do SAC, Cecília Pereira, a modalidade traz benefícios às pessoas. “O agendamento é uma modalidade de atendimento que oferece comodidade e flexibilidade na escolha de dias e horários de acordo com o interesse ou necessidade do cidadão. Além do que, ele consegue organizar a sua vida economizando tempo e dinheiro”, disse.

De março a dezembro de 2020 foram contabilizados mais de 2 milhões de atendimentos na Rede SAC, todos sob agendamento prévio. Desde que foi implantado o atendimento 100% agendado, o SAC Shopping da Bahia, na capital, e o SAC Feira II, no interior, são os mais procurados pela população. Em 2020, a média de atendimento foi de 283 mil por mês em toda a Rede SAC na Bahia. Desde a inauguração, em setembro de 1995, até os dias atuais, o SAC registra mais de 211 milhões de atendimentos.

Medidas de segurança

A Rede SAC reforça a necessidade dos cidadãos redobram a atenção aos cuidados recomendados pelo Governo do Estado e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Entre as medidas de segurança adotadas pela Rede SAC estão a disponibilização de dispensers com álcool em gel; reforço na higienização das dependências físicas, bem como dos móveis; reorganização do espaço de espera para promover o distanciamento, e controle da quantidade de agendamentos, reduzindo o número de pessoas no ambiente, como determina o Decreto Estadual 19.529/20.

Fonte: Ascom/Saeb

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/01/2021	



Bahia cria 502 postos de trabalho em dezembro

28 janeiro 2021



Foto: Elói Corrêa/Arquivo GOVBA

No mês de dezembro, quando tradicionalmente há mais demissões, 502 postos de trabalho foram criados na Bahia, de acordo com as informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) relativas ao ano de 2020, sistematizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

O resultado, divulgado nesta quinta-feira (28), decorreu da diferença entre 48.695 admissões e 48.193 desligamentos. Todavia, o saldo para o acumulado no ano (-5.307 postos) revela os impactos da pandemia da Covid-19.

A Bahia exibiu registro positivo para dezembro, resultado divergente do apresentado na série histórica do referido mês (2010-2020). Trata-se do melhor resultado para um mês de dezembro. Cinco setores geraram postos de trabalho no mês de dezembro de 2020: Comércio (+3.835 postos), Alojamento e alimentação (+3.285 postos), Informação, comunicação e outras atividades (+1.867 postos), Transporte, armazenagem e correio (+906 postos) e Serviços domésticos (+1 posto).

Houve registro de perdas nos outros setores: Construção (-3.443 postos), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-2.521 postos), Indústria geral (-1.925 postos), Administração pública (-1.220 postos) e Outros serviços (-283 postos). O boletim completo está disponível no [site da SEI](#).

Fonte: Ascom/SEI

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/01/2021	



Leitos de UTI Covid-19 são inaugurados no município de Barra

28 janeiro 2021



Foto: Sesab

Com mais de R\$ 650 mil investidos em obras, equipamentos e medicamentos, o Hospital Santa Rita, no município de Barra, inaugurou nesta quinta-feira (28), com as presenças do vice-governador João Leão e do secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, 15 novos leitos para o atendimento a pacientes com o diagnóstico do coronavírus (Covid-19), sendo cinco de Terapia Intensiva (UTI).

De acordo com o vice-governador, a unidade é referência do Sistema Único de Saúde (SUS) para mais de 50 municípios do centro-norte e oeste da Bahia, atendendo os casos de média complexidade em uma região com 300 mil habitantes. “E agora, com os novos leitos de UTI, tratará inicialmente dos pacientes graves da Covid-19 e, após a pandemia, será fundamental para casos de AVC, infarto e cirurgias ortopédicas de alta complexidade. Barra é um importante entreposto do oeste e este equipamento é essencial para o município”, afirma João Leão.

Já o titular da pasta estadual da Saúde ressalta que “o governador Rui Costa possibilitou que construíssemos uma rede de atendimento a pacientes com coronavírus que, atualmente, supera os 2 mil leitos em toda a Bahia, sendo 1.019 UTIs. Assim, graças ao compromisso com as vidas humanas, a Bahia tem uma das menores taxas de mortalidade e letalidade do Brasil. Os novos leitos vão fortalecer regionalmente esta rede, cuja taxa de ocupação média das UTIs se encontra em 70%”.

Ainda segundo o Vilas-Boas, o Governo do Estado apoia todas as iniciativas de fortalecimento do SUS, sobretudo, aquelas que ampliam e descentralizam o atendimento da média e alta complexidade no interior. “Estamos construindo, ampliando ou reformando hospitais em Vitória da Conquista, Barreiras, Irecê, Juazeiro, Ilhéus e Lauro de Freitas, apenas para citar algumas localidades, sempre com o objetivo de qualificar o atendimento. Assim, implantando novos serviços como hemodinâmica, oncologia e neurocirurgia, possibilitamos, simultaneamente, tornar as unidades mais resolutivas e atender os pacientes na própria região, sem a necessidade de deslocamento para a capital, o que acarretaria um distanciamento dos familiares”, acrescenta.

Responsável pela gestão da unidade, o presidente da Fundação Fabamed, José Saturnino Rodrigues, ressalta que esta conquista é resultado da parceria entre a entidade, a prefeitura de Barra e o Governo do Estado. “A estrutura moderna e tecnológica da UTI, bem como a equipe especializada tem um único objetivo: o bem-

estar do paciente por meio de cuidados intensivos e seu envolvimento no processo de cura, o que gera melhores resultados. E já a partir da próxima segunda-feira (1º), os leitos estarão disponíveis para a Central Estadual de Regulação”, enfatiza José Saturnino.

Com a ampliação, a unidade terá 60 leitos de internação. Somente no último ano foram realizadas as intervenções na infraestrutura hidráulica, elétrica e renovação da pintura, além da aquisição de equipamentos que possibilitam ampliar a resolutividade do hospital.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/01/2021	Cita a Sefaz



Governo entrega ampliação de sistema de abastecimento de água em Aporá

28 janeiro 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

O governador Rui Costa visita a região nordeste do estado nesta quinta-feira (28), e a primeira agenda do dia foi cumprida no município de Aporá. Na ocasião, foi inaugurada a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA) que atende as cidades de Acajutiba, Aporá e Esplanada. A obra beneficia cerca de 60 mil habitantes que vivem nas três cidades e contou com investimento de mais de R\$ 4,6 milhões.

“Esse investimento vem reforçar o abastecimento em Aporá e Acajutiba. Também autorizamos a construção de novos sistemas pra melhoria na qualidade de vida das pessoas”, afirmou o governador Rui Costa.

A obra incluiu a construção de uma estação elevatória de água tratada para a sede do município de Esplanada e duplicação de nove quilômetros da adutora de água tratada.

O governador ainda anunciou a instalação do sinal de telefonia celular na localidade de Mangabeira. A iniciativa é fruto de parceria entre a operadora Tim e a as secretarias estaduais de Infraestrutura (Seinfra) e da Fazenda (Sefaz). Um trator com implementos foi entregue ao município.

A agenda incluiu visita ao Colégio Estadual Áurea dos Humildes Oliveira com a presença do secretário de Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues. O governador anunciou a construção de uma nova escola em substituição atual. A nova unidade deverá ser implantada em uma área maior compreendendo um complexo escolar, esportivo e cultural.

Repórter: Jairo Gonçalves

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/01/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 28 de Janeiro de 2021 - 21:40

Barra: 15 leitos destinados ao tratamento da Covid-19 são entregues no Hospital Santa Rita



Localizado no município de Barra, o Hospital Santa Rita passou a disponibilizar nesta quinta-feira (28), 10 novos leitos clínicos para o atendimento a pacientes com o diagnóstico do coronavírus (Covid-19), e outros 5 leitos destinados ao tratamento intensivo. Com a ampliação, a unidade terá 60 leitos de internação.

Na ocasião estiveram presentes o vice-governador João Leão e o secretário de saúde do estado Fábio Vilas-Boas. Leão destacou que a unidade é referência do Sistema Único de Saúde (SUS) para mais de 50 municípios do Centro-Norte e Oeste da Bahia, atendendo os casos de média complexidade da região. "Agora, com os novos leitos de UTI, tratará inicialmente dos pacientes graves da Covid-19 e após a pandemia, será fundamental para casos de AVC, infarto e cirurgias ortopédicas de alta complexidade", disse.

Já o secretário Fábio Vilas-Boas aproveitou a ocasião para pontuar o fato do governo Rui Costa ter possibilitado a construção de uma rede de atendimento a pacientes com coronavírus que, de acordo com o secretário, atualmente supera os 2 mil leitos em toda a Bahia. "Assim, graças ao compromisso com as vidas humanas, a Bahia tem uma das menores taxas de mortalidade e letalidade do Brasil. Os novos leitos vão fortalecer regionalmente esta rede, cuja taxa de ocupação média das UTIs se encontra em 70%", disse.

Ainda segundo o secretário, estão sendo realizadas construções, reformas e ampliações em hospitais de Vitória da Conquista, Barreiras, Irecê, Juazeiro, Ilhéus e Lauro de Freitas, com o objetivo de qualificar o atendimento. "Assim, implantando novos serviços como hemodinâmica, oncologia e neurocirurgia, possibilitamos, simultaneamente, tornar as unidades mais resolutivas e atender os pacientes na própria região, sem a necessidade de deslocamento para a capital, o que acarretaria um distanciamento dos familiares", concluiu.

Responsável pela gestão da unidade, o presidente da Fundação Fabamed, José Saturnino Rodrigues, ressaltou que os novos leitos passam agora a ter um novo objetivo. "A estrutura moderna e tecnológica da UTI, bem como a equipe especializada tem um único objetivo: o bem-estar do paciente por meio de cuidados intensivos e seu envolvimento no processo de cura, o que gera melhores resultados. E já a partir da próxima segunda-feira (1/02), os leitos estarão disponíveis para a Central Estadual de Regulação", disse.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/01/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 28 de Janeiro de 2021 - 22:00

Juros para famílias caem ao menor nível histórico em 2020, diz BC



As famílias e empresas pagaram taxas de juros mais baixas em 2020, de acordo com as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta quinta-feira (28) pelo Banco Central (BC). No crédito às famílias, a taxa média atingiu 37% ao ano em dezembro, o menor da série histórica iniciada em 2011, com reduções de 9 pontos percentuais se comparado a 2019 e de 1,2 ponto percentual em relação a novembro.

De acordo com o BC, o destaque em dezembro foi a redução de 5,8 pontos percentuais no crédito pessoal não consignado, chegando a 74,5% ao ano. Se comparado a dezembro, a queda foi de 20,1 pontos percentuais, segundo a Agência Brasil.

Os juros do crédito consignado caíram 1,9 ponto percentual no ano e se mantiveram estáveis entre novembro e dezembro em 18,6% ao ano. A taxa do cheque especial chegou a 115,6% ao ano em dezembro, aumento de 2,1 pontos percentuais em relação a novembro e queda de 132 pontos percentuais se comparado a dezembro de 2019.

Houve aumento nos juros médios do rotativo do cartão de crédito. A taxa chegou a 328,1% ao ano, com elevação de 6,9 pontos percentuais no mês e 9,3 pontos percentuais no ano. No caso do rotativo regular, quando o cliente paga pelo menos o valor mínimo da fatura, a taxa chegou a 301,9% ao ano, aumento de 8,6 pontos percentuais entre novembro e dezembro e de 15,7 pontos percentuais comparado a dezembro de 2019.

A taxa do rotativo não regular (dos clientes que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo da fatura) também subiu e chegou a 347,7% ao ano, alta de 6,4 pontos percentuais em relação ao mês anterior e de 8,1 pontos percentuais no ano.

Nas contratações com empresas, a taxa livre alcançou 11,7% ao ano, representando redução de 4,6 pontos percentuais em relação ao mesmo mês de 2019 e de 0,5 ponto percentual comparando a novembro, com destaque, no mês, para capital de giro acima de um ano, que caiu 0,8 ponto percentual, chegando a 11% ao ano.

Excluindo-se as operações rotativas, a taxa média de juros do crédito livre para as empresas situou-se em 20,3%, recuando 4,5 pontos percentuais em 2020 e 0,7 ponto percentual no mês de dezembro.

No crédito livre os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo, e é destinado, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas ficou em 7% ao ano em dezembro de 2020, queda de 0,4 ponto percentual em relação a 2019. Para as empresas, a taxa subiu 1,7 pontos percentuais no ano, para 10% ao ano.

A inadimplência do crédito geral atingiu 2,1% em dezembro, menor valor da série, com queda de 0,1 ponto percentual no mês e 0,8 ponto percentual no ano. De acordo com o BC, isso se deu, em parte, pela influência das renegociações e prorrogações de dívidas que ocorreram no contexto da pandemia.

No crédito livre, os atrasos de pagamentos das famílias, considerados aqueles acima de 90 dias, caíram 0,8 ponto percentual no ano, chegando a 4,2%. A inadimplência das empresas no crédito livre recuou 0,7 ponto percentual no ano para 1,4%.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/01/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 28 de Janeiro de 2021 - 20:00

Contas do governo federal têm rombo recorde de R\$ 743,1 bilhões em 2020

por **Bernardo Caram** | Folhapress

Sob efeito da pandemia do novo coronavírus, que provocou uma disparada dos gastos públicos e derrubou a arrecadação de impostos, as contas do governo federal registraram um rombo fiscal de R\$ 743,1 bilhões em 2020. O resultado é o pior da série histórica iniciada há 24 anos.

O déficit primário do ano passado, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta quinta-feira (28), é maior do que a soma de todos os rombos registrados em 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Em dezembro, último mês de vigência do decreto de calamidade pública, o rombo nas contas do governo ficou em R\$ 44,1 bilhões, contra um déficit de 14,6 bilhões do mesmo mês de 2019.

No resultado acumulado de 2020, a receita total do governo ficou em R\$ 1,47 trilhão, uma queda real de 13,1%. O movimento foi motivado pela deterioração da economia. Com as medidas restritivas e de isolamento social nos estados e municípios, o faturamento das empresas caiu, afetando negativamente o pagamento de impostos.

Do lado das despesas, com resultado de R\$ 1,95 trilhão, houve um aumento de 31,1% acima da inflação nos gastos do governo no ano passado, em comparação com 2019. Somente os desembolsos diretamente relacionados ao enfrentamento da crise sanitária somaram R\$ 524 bilhões.

A expansão de gastos para mitigar efeitos da pandemia só foi possível porque o governo e o Congresso decretaram estado de calamidade pública de março a dezembro do ano passado, além de implementarem o chamado Orçamento de guerra.

As medidas desobrigaram o Executivo a respeitar regras fiscais no ano passado. A maior parte dos gastos relacionados à pandemia foi autorizada por meio de créditos extraordinários, mecanismo que pode ser usado em situações urgentes e imprevisíveis e que não é contabilizado no teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas.

Também ficou dispensada a regra de ouro, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

Por fim, não foi necessário cumprir a meta fiscal, o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. Em 2020, esse compromisso havia sido estipulado em R\$ 124,1 bilhões de déficit. Portanto, o resultado fechado do ano ficou R\$ 619 bilhões pior do que a meta.

Usamos cookies para personalizar e melhorar sua experiência em nosso site e aprimorar a oferta de anúncios para você. Visite nossa Política de Cookies

Aceitar

(https://www.metro1.com.br/assets/politica_cookies.pdf?v=7c734c0ebf0b643) para saber mais. Ao clicar em aceitar, você concorda com o uso que fazemos dos cookies

(https://twitter.com/@grupometropole)

Economia

Buscar

Metro1

Com gastos na pandemia, dívida pública ultrapassa R\$ 5 tri pela primeira vez em 2020

Rombo dá a dimensão de quanto o país gasta além do que arrecada



Foto : Divulgação

Por **Luciana Freire** no dia 27 de Janeiro de 2021 · 17:00



Com os gastos extras no combate à pandemia de Covid-19 e seus efeitos econômicos, a dívida pública federal fechou o ano de 2020 em R\$ 5 trilhões, maior valor já registrado.

Segundo o relatório divulgado hoje (27) pelo Tesouro Nacional, a dívida federal cresceu R\$ 760,7 bilhões no ano passado. Entre as despesas que aumentaram estão as transferências para estados e municípios para serviços de saúde e o pagamento do auxílio emergencial por oito meses.

O rombo dá a dimensão de quanto o país gasta além do que arrecada e precisa ser coberto com a emissão de títulos no mercado, o que fez a dívida aumentar.

Contas do governo registram déficit recorde de R\$ 743 bilhões em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As contas do governo registraram em 2020 déficit primário recorde de R\$ 743,987 bilhões, informou nesta quinta-feira (28) a Secretaria do Tesouro Nacional.

Apenas no mês de dezembro, o governo teve déficit de R\$ 44,113 bilhões.

Déficit primário ocorre quando as despesas do governo superam as receitas com impostos e tributos. O resultado primário não considerada os gastos do governo com o pagamento de juros da dívida pública.

Em 2019, o déficit primário foi de R\$ 95,065 bilhões, o que representa uma alta real de 666,5%.

Apesar do resultado recorde, o déficit foi menor que o

estimado pelo governo para o ano, que era um déficit de R\$ 831,8 bilhões.

Reflexo da pandemia

Os resultados negativos de 2020 estão relacionados ao aumento de despesas para combater a pandemia da Covid-19. As medidas de restrição derrubaram a atividade econômica e levaram a diversas medidas de adiamento da cobrança de impostos.

A Receita Federal informou na segunda-feira (25) que a **arrecadação** de impostos, contribuições e demais receitas federais registrou queda real de 6,91% em 2020. Foi o pior resultado para um ano fechado desde 2010.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

RECEITA ESTENDE PRAZO DE PAGAMENTO DE PENDÊNCIAS DO SIMPLES PARA 26 DE FEVEREIRO

admin 29 Janeiro, 2021

A receita federal estendeu o prazo para que empresas regularizem as pendências fiscais e do vencimento do pagamento relativo ao mês de janeiro para 26 de fevereiro. O prazo para as microempresas e empresas de pequeno porte optar pelo regime tributário termina hoje (29). A solicitação deve ser feita pela internet, por meio do Portal do Simples Nacional. Com o pedido aceito, a adesão retroagirá ao dia 1º de janeiro.

O sistema de tributação vale para empresas que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano. Negócios que tiveram queda muito grande no faturamento em 2020, por causa da pandemia do coronavírus, também poderão fazer a adesão. No caso de empresas que ainda não eram optantes pelo Simples, no momento da opção o sistema responde automaticamente se há pendências com os fiscos federal, estadual ou municipal.

Não é necessário que o contribuinte vá a uma unidade da Receita Federal para a regularizar pendências, tanto com a Receita, quanto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Basta seguir as orientações no site da Receita Federal. Para regularização de pendências com os estados, o Distrito Federal e os municípios, o contribuinte deve procurar a Administração Tributária responsável.

CONTAS DO SETOR PÚBLICO TÊM DÉFICIT RECORDE EM 2020

OBJ

admin 29 Janeiro, 2021

As contas do setor público consolidado, que englobam o governo federal, estados, municípios e empresas estatais, registraram um déficit primário de R\$ 702,950 bilhões em 2020 (9,49% do PIB), segundo informações divulgadas nesta sexta-feira (29) pelo Banco Central.

Segundo o G1, isso significa que, no período, as receitas de impostos e contribuições do governo foram menores do que as despesas. A conta não inclui os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

O ano passado foi o sétimo seguido com as contas no vermelho, e também foi o pior resultado de toda a série histórica do BC, que tem início em 2001. Em relação ao ano de 2019, quando o déficit fiscal somou R\$ 61,872 bilhões, a alta foi de 1.036%.

Os principais gastos foram com o pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores informais (R\$ 321,8 bilhões); o auxílio emergencial aos estados (R\$ 60,2 bilhões); e com o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 51,5 bilhões).

CRISE: MERCADO DO RIO VERMELHO TEM MAIS DE 40 BOXES FECHADOS

OBJ

admin 29 Janeiro, 2021

Com as mudanças e restrições impostas pelo novo coronavírus, a crise enfrentada pelos permissionários do Mercado do Rio Vermelho, também conhecido como Ceasinha, ficou ainda pior. Desde a reconstrução do espaço, concluída em 2014, estabelecimentos tradicionais tentam se manter nos pontos, mas encontram dificuldades, segundo informações do jornal Correio.

A principal reclamação dos comerciantes é em relação aos altos preços dos aluguéis, que levaram muitos a demitirem funcionários, à inadimplência ou até mesmo ao fechamento definitivo.

O Mercado do Rio Vermelho agora é mantido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e pela empresa privada Enashopp, que tem licitação para gestão e operação. Segundo a Associação dos Permissionários do Mercado do Rio Vermelho (APMRV), é cobrada uma taxa de condomínio e uma outra taxa de aluguel. O Mercado reúne comerciantes dos mais diversos produtos, sobretudo alimentícios, distribuídos em boxes.

Atualmente são 130 boxes em operação e 41 fechados, segundo a SDE. Cinco boxes serão ocupados nos próximos meses em função do chamamento público realizado em novembro de 2020. A secretaria informa que, “durante o período mais duro da pandemia do novo coronavírus”, três boxes foram fechados: Informall (restaurante), Padaria Favorita (empório gourmet) e Toca do Bicho (pet shop).

GRUPO PERNAMBUCANO VAI ABRIR DUAS NOVAS CONCESSIONÁRIAS EM SALVADOR

OBJ

admin 29 Janeiro, 2021

O grupo pernambucano Parvi irá abrir duas novas lojas em Salvador no começo do segundo semestre, uma da Fiat (Fiori) e outra da Volkswagen (Bremen). Ambas serão instaladas na Avenida Tancredo Neves no sentido Paralela, nas proximidades do Salvador Shopping e do Hospital Sarah.

Segundo informações do Alô Aô Bahia, outra empresa de Pernambuco, a Via 1, está construindo uma nova concessionária para atender as marcas Chrysler, Dodge, Jeep e Ram. A nova Via Sul será na Avenida ACM, próximo à antiga Comercial Ramos, antes da subida para a Ladeira da Cruz da Redenção. Será inaugurada entre abril e maio.

SETOR IMOBILIÁRIO ACREDITA QUE PONTE SALVADOR ITAPARICA VAI GERAR UM NOVO CICLO IMOBILIÁRIO NA BAHIA

OBJ

admin 29 Janeiro, 2021

Por: João Pulo Almeida

A construção da Ponte Salvador Itaparica vai gerar um novo ciclo de desenvolvimento econômico para a Bahia e o mercado imobiliário vai ser um dos vetores. A afirmação é do CEO da incorporadora Moura Dubeux, Diego Paixão Nossa Villar, que em entrevista ao Portal Bahia Econômica afirmou que o novo equipamento vai ser de vital importância para economia do estado nos próximos anos.

“Nós vemos a Ponte Salvador Itaparica como sendo uma grande oportunidade de crescimento para o setor imobiliário e para economia como um todo do estado da Bahia. Acredito que quando ela estiver pronta o setor imobiliário vai ser um dos vetores de desenvolvimento do local com grandes investimentos. Também acredito que a geração de empregos vai ser muito boa para o estado durante um longo período”. disse

O Projeto : No último dia 13 de janeiro o governador do estado Rui Costa (PT) sancionou o Fundo Garantidor do Aporte da Ponte Salvador-Itaparica (FGAP). O projeto havia sido aprovado na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) e será gerido pela Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) e é destinado aos contratos de Parceria Público-Privada (PPP) para execução das obras e dos serviços de construção, operação e manutenção da estrutura. O Governo do Estado vai injetar R\$ 750 milhões divididos em parcelas anuais de R\$ 250 milhões.

Novos empreendimentos: A incorporadora Moura Dubeux, anunciou ontem três lançamentos importantes, que totalizam uma média de Valor Geral de Vendas (VGV) em torno dos R\$ 234 milhões na Bahia. Entre os projetos, que inclusive é o mais recente, está o Mirat Martins de Sá, empreendimento de alto padrão no Horto Florestal, com uma vista que encanta a qualquer um. A novidade traz um pavimento somente dedicado ao wellness, além de dispor de academia, sala multiuso, terraço funcional, salas de massagem e jacuzzi. O projeto integra ainda sala, varanda e cozinha, com 253m² de área privativa.

Também de alto padrão, o Olhar Caminho das Árvores é outro empreendimento da incorporadora na capital baiana. São duas opções, que trazem contemporaneidade e modernidade. Situado em um dos bairros que mais se destaca em transformação, tem 76 apartamentos, de 130 e 164 m², com 3 e 4 suítes. O arquiteto Sydney Quintela assina o projeto e a ambientação.

E as novidades não param. Pensando em outro público, o ‘Orquidário’, terceiro empreendimento da Moura Dubeux, é voltado para a população de média renda. Situado no bairro Parque Bela Vista, os futuros moradores, além de estarem próximos a shopping, vão ter ainda opções de mobilidade com o BRT e o metrô. São apartamentos de 58 e 69m² com uma suíte, duas torres, com 96 apartamentos cada e 4 imóveis por pavimento. Esses três empreendimentos trazem medição individual de água e gás, reaproveitamento de água e iluminação com led. Vagas para carros elétricos, também fazem parte do projeto.

De acordo com o CEO da incorporadora, Diego Villar, só em 2020 foram 10 lançamentos no Nordeste.

FECOMÉRCIO DIZ QUE AUXÍLIO EMERGENCIAL IMPACTA MAIS A ECONOMIA BAIANA QUE BOLSA FAMÍLIA

OBJ

admin 28 Janeiro, 2021

As famílias brasileiras mais vulneráveis foram as que mais sofreram durante esta pandemia do coronavírus. Não conseguem criar uma poupança para servir de colchão e amenizar os impactos do desemprego e da falta de oportunidades e se tornam dependentes dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial.

O consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, avalia que o Auxílio foi criado no ano passado para ajudar especificamente neste período de calamidade pública, e que teve o seu término no final de dezembro. “Embora, com a segunda onda aparecendo de forma expressiva, de números elevados de contaminações, mortes e internações, surge de novo no debate político a necessidade de voltar o auxílio, porém com outro valor”, pontua. “O primeiro programa, o Bolsa Família, por sua vez, está consolidado e tem outro perfil, muito mais de tirar as famílias da extrema pobreza, para dar o mínimo de condições de consumo”.

E a pergunta recorrente neste início de ano tem sido a seguinte: o Bolsa Família poderá substituir o consumo das famílias com o fim do Auxílio Emergencial? Guilherme Dietze avalia que para responder a essa pergunta é importante olhar os dados disponibilizados até o momento. “Enquanto o auxílio emergencial teve distribuído R\$ 17 bilhões ao longo de nove meses no estado da Bahia, o montante do Bolsa Família, em 12 meses, foi de 4,1 bilhões, ou seja, pouco mais de quatro vezes”, esclarece o economista.

“Só esses dados já dão a dimensão da proporcionalidade de cada programa. Mas há outra variável interessante, a do percentual da população beneficiada por cada um deles. No caso do Auxílio Emergencial, os recursos chegaram para quase 42% dos cidadãos, enquanto no Bolsa Família, o percentual fica nos 14%”, afirma Dietze.

Com uma injeção significativamente maior, o impacto na ponta do auxílio emergencial na economia baiana também é mais relevante. Fazendo uma relação sobre o benefício e o faturamento do comércio na Bahia, o AE participaria com 16,7%, sendo 4% para o Bolsa Família.

Guilherme relata que o auxílio emergencial abrangeu muito mais gente e o seu valor foi de quatro anos de Bolsa Família. “Esse último não tem a condição de substituir a capacidade de consumo, e nem é o seu propósito de aumentar a demanda agregada, mas aliviar a tensão das famílias em situação vulnerável”.

Mas como será o consumo das famílias então? Para o economista outra variável que pode contribuir para ajudar nas vendas é a poupança. “No ano passado, entre depósitos e retiradas, houve um saldo positivo de 166 bilhões de reais, o maior desde o início do plano real. Infelizmente, não há o dado regional para dimensionar o possível impacto na economia da Bahia”, avalia Guilherme.

“De qualquer forma, a situação atual com a chegada da segunda onda preocupa. Porque mesmo a poupança tem um perfil de ser um recurso de emergência e há muita preocupação no seu gasto. Somente com a vacinação em grande escala é que trará confiança para as famílias poderem ter uma expectativa mais favorável e aumentarem a sua intenção de consumo de forma consistente e de longo prazo”, conclui o consultor econômico da Fecomércio-BA.

BAHIA TEM PERDA DE 5,3 MIL EMPREGOS EM 2020, PIOR DESEMPENHO NO NORDESTE

OBJ

admin 28 Janeiro, 2021

O mercado de trabalho formal na Bahia registrou um dos piores desempenhos no Brasil e o pior entre os estados da região Nordeste. Em 2020 a Bahia eliminou 5,3 mil novos postos de trabalho, ocupando a 24ª posição no país e a última na região nordestina quanto à geração de empregos com carteira assinada. Enquanto a Bahia registrou perda de mais de 5 mil empregos, o Maranhão registrou saldo positivo de com 19,7 mil postos de trabalho e o Ceará de 18, 5 novos postos. Pernambuco registrou perda de 5, 2 mil postos e Sergipe de 4,5 mil.

A Bahia, que havia registrado um saldo positivo de quase 14 mil de novas contratações em novembro, sofreu um queda brusca em dezembro que registrou a criação de apenas 502 postos de trabalho com carteira assinada. Isso aconteceu porque vários setores demitiram mais do que contrataram. A Construção Civil que vinha em processo de contratação eliminou 3,4 mil postos de trabalhos, seguidos da agropecuária com perda de 2,5 mil postos de trabalho, da Indústria que registrou saldo negativo de quase 2 mil postos. Em sentido oposto, verificou-se saldos positivos no Comércio, com a contratação de 3.8 mil novos trabalhadores, Alojamento e alimentação com saldo positivo de 3.3 mil postos. Isso significa que o mês de dezembro foi positivo para o comércio e o turismo que ampliaram as contratações, ao contrário da construção civil.

Veículo: Bocão News	
Data: 28/01/2021	



Déficit primário fecha 2020 melhor que o previsto



28 de Janeiro de 2021 às 16:56 Por: Marcello Casal Jr/Agência Brasil Por: Agência Brasil
Compartilhe:

O reforço da arrecadação em dezembro e o adiamento de alguns gastos relacionados à pandemia de covid-19 fizeram o déficit primário fechar 2020 com resultado melhor que o previsto pela equipe econômica. No ano passado, o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou resultado negativo de R\$ 743,087 bilhões.

No fim de dezembro, a Secretaria Especial de Fazenda havia divulgado que a projeção de déficit primário para 2020 estava em R\$ 831,8 bilhões. Mesmo assim, o resultado negativo foi o maior da série histórica iniciada em 1997, decorrente da queda de receitas e dos gastos extras provocados pelo combate à covid-19.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Apenas em dezembro, o Governo Central teve déficit de R\$ 44,11 bilhões. O valor foi melhor que o projetado pelas instituições financeiras, que estimavam déficit de R\$ 59,5 bilhões no mês passado, de acordo com a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia.

Parte da diferença entre as previsões e os resultados está no adiamento de gastos relacionados ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, autorizados em 2020, mas que ficaram para 2021. Os gastos relacionados ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus com impacto no resultado primário totalizaram R\$ 520,9 bilhões, de um total de R\$ 599,7 bilhões autorizados até o fim de dezembro.

Receitas e despesas

O resultado de 2020 também contou com ajuda da arrecadação. No ano passado, as receitas líquidas caíram 34,5% em relação a 2019, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Apesar da queda, elas somaram R\$ 1,204 trilhão no ano passado, com diferença de R\$ 12,3 bilhões em relação ao estimado pela equipe econômica.

As despesas do Governo Central somaram R\$ 1,947 trilhão em 2020, com alta de 31,1% acima do IPCA. Apesar da elevação, relacionada principalmente aos gastos extras com a covid-19, o valor foi R\$ 76 bilhões inferior ao programado, em parte por causa do adiamento de gastos para 2021, que serão executados no início deste ano como restos a pagar.

A maior parte do crescimento dos gastos deveu-se aos créditos extraordinários autorizados pelo orçamento de guerra, que somaram cerca de R\$ 440 bilhões no ano passado, e pelas ações de ajuda a estados e municípios, que totalizaram R\$ 81,2 bilhões.

Os benefícios da Previdência Social somaram R\$ 686,73 bilhões, com alta de 2,8% acima da inflação. Os gastos com o funcionalismo público, no entanto, tiveram queda, somando R\$ 331,81 bilhões, com recuo de 0,6% descontada a inflação pelo IPCA.

Custeio e investimento

A pandemia também provocou aumento nos gastos com custeio e com investimento. As despesas de custeio (manutenção da máquina pública) somaram R\$ 735,55 bilhões em 2020, com alta de 118,4% acima da inflação em relação ao ano anterior. Os investimentos somaram R\$ 107,94 bilhões, aumento de 80,2% acima do IPCA pela mesma comparação.

Descontando o efeito da pandemia, no entanto, as despesas discricionárias (não obrigatórias) atingiram R\$ 108,2 bilhões (em termos nominais) em 2020, no menor valor desde o início da série histórica em 2008. Embora não sejam obrigatórios, esses gastos estão relacionados à prestação de serviços públicos, ao englobarem gastos com eletricidade, água, combustível, material de escritório, telefone e internet, entre outras despesas, dos órgãos públicos.

Apesar do valor baixo, R\$ 7,6 bilhões de gastos discricionários deixaram de ser executados em 2020 por causa do empoçamento em diversos ministérios. Por causa da rigidez estabelecida pela legislação, diversos tipos de gastos permanecem vinculados a determinadas ações e não podem ser remanejados, mesmo que não haja perspectiva da execução no ano.

Teto de gastos

Em nota, o Tesouro Nacional recomendou a aprovação de reformas que reduzam os gastos obrigatórios do governo e a preservação do teto de gastos, mecanismo que limita o crescimento das despesas à inflação por até 20 anos, como âncora fiscal. “O teto de gastos tornou-se ainda mais relevante e necessário com o aumento do endividamento público, provocado pelas medidas de combate aos efeitos da pandemia de covid-19 e, por consequência, do maior esforço fiscal futuro para retomar as finanças públicas em patamares sustentáveis e prudentes”, ressaltou o órgão.

Veículo: Política Livre	
Data: 29.01.2021	Caderno: Economia



Colégio Nacional dos Procuradores apoia ação do Governo da Bahia no STF para compra da vacina Sputnik V

BAHIA

O Colégio Nacional dos Procuradores Gerais do Estados e do Distrito Federal (Conpeg), assim como já fez a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA) e a Associação Nacional do Defensores Públicos, solicitou, nesta quarta-feira (27), ao Supremo Tribunal Federal (STF), a admissão nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6661, na condição de “amicus curiae” (amigo da Corte), para que possa apresentar manifestações e trazer à Suprema Corte elementos informativos possíveis e necessários para o esclarecimento da controvérsia, com participação no julgamento, nos termos do artigo 131, inciso 3, do RISTF.

O objetivo do pedido é apoiar a pretensão do Estado da Bahia, que pleiteia a permissão a todos os estados da Federação para importar e distribuir vacinas contra o novo coronavírus sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), desde que registradas perante uma agência reguladora regional de referência, e também de iniciar a vacinação em seu território, independentemente do início da vacinação nacional.

O Conpeg entende que a possibilidade de aquisição da vacina Sputnik V, já aprovada para uso emergencial e em fase de imunização das populações de vários países, mostra-se como alternativa viável e necessária no combate a pandemia. Acredita, ainda, que o Direito deve equilibrar a manutenção de suas diretrizes tradicionais (segurança jurídica) com todas as inovações legais, doutrinárias e jurisprudenciais que se fizerem necessárias para garantir a eficácia no combate à Covid-19, bem como a

preservação e futura recuperação da economia (direito à vida, ao patrimônio e à livre iniciativa).



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

sexta-feira, 29 de janeiro de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

SINDICOMBUSTÍVEIS BAHIA CRITICA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS

O presidente do Sindicombustíveis Bahia diz que o momento é de crise aguda

Najara Sousa , Salvador | 28/01/2021 às 10:18



Walter Tannus Freitas

Foto: Antonio Saturnino

O anúncio da Petrobras de novo aumento do diesel e da gasolina em suas refinarias, a partir de hoje (27/01), retoma as críticas sobre a forma de precificação dos combustíveis e seus impactos na economia. "É o segundo aumento do preço da gasolina A do ano, que está apenas começando. Um aumento de 13,4% num período muito curto", reclama o presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, que critica fortemente a política de preços da estatal.

Segundo a nota da Petrobras, "os preços praticados têm como referência os preços de paridade de importação e, dessa maneira, acompanham as variações do valor do produto no mercado internacional e da taxa de câmbio, para cima e para baixo". "Esta política de preço, praticada deste ano de 2016, vem impondo ao mercado um desequilíbrio econômico e perdas financeiras insustentáveis, além de um custo elevado no orçamento doméstico das famílias brasileiras", declara Tannus.

"É preciso rever essa vinculação interna do preço do petróleo ao mercado intencional e à taxa de câmbio", declara Tannus. Além disso, ele se queixa da alta carga tributária que impacta em cerca de 50% o preço dos combustíveis. "São impostos federais e estaduais e outros custos, como aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis pelas distribuidoras, estrutura dos postos e mão de obra. Custos que estamos arcando, empregos que estamos mantendo, mesmo nesse tempo de pandemia e com queda nas vendas".

O presidente do Sindicombustíveis Bahia diz que o momento é de crise aguda, com acentuada queda na renda das pessoas e reflexo, principalmente, no segmento varejista. "Não é sensato essa prática de preços internacionais. Está na hora da Petrobras olhar para o passado e lembrar que a 'grande petrolífera' que ela se tornou foi à custa do sacrifício de muitos brasileiros. É preciso uma reparação econômica ao sacrifício dessas pessoas, estabelecendo uma política de preço dos derivados de petróleo condizente com a situação atual do país", conclui Tannus.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

[idEditoria=1&idNoticia=130371](https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=130371))

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/28/bolsonaro-inaugura-ponte-entre-sergipe-e-alagoas-parada-desde-2017,130374,0.html>)

BOLSONARO INAUGURA PONTE ENTRE SERGIPE E ALAGOAS PARADA DESDE 2017

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/28/bolsonaro-inaugura-ponte-entre-sergipe-e-alagoas-parada-desde-2017,130374,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/28/bolsonaro-inaugura-ponte-entre-sergipe-e-alagoas-parada-desde-2017,130374,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/28/bolsonaro-inaugura-ponte-entre-sergipe-e-alagoas-parada-desde-2017,130374,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/28/bolsonaro-inaugura-ponte-entre-sergipe-e-alagoas-parada-desde-2017,130374,0.html>)

Criminalização do não recolhimento de ICMS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Christopher Marini e Andrea Haak*

Christopher Marini e Andrea Haak. FOTO:
DIVULGAÇÃO

De acordo com a política fiscal brasileira, sobre a atividade empresarial incidem alguns impostos, como o ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, regulado pelo Governo dos Estados.

Acontece que, em 18 de dezembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal, durante o julgamento do Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) n.º 163.334, firmou a tese de que o não recolhimento intencional de ICMS do adquirente da mercadoria ou serviço, mediante conduta contumaz e com dolo de apropriação, possibilita a responsabilização pelo crime do artigo 2º, inciso II, da Lei 8.137 de 1990.

Segundo o entendimento majoritário, encabeçado pelo Relator do Recurso, Ministro Luís Roberto Barroso, o valor do ICMS cobrado do consumidor não integra o patrimônio do comerciante, o qual seria mero depositário desse valor que, depois de devidamente lançado, deve ser recolhido aos cofres públicos. Entretanto, salienta o eminente Ministro que a conduta do devedor deve ser 'costumaz', utilizada como 'estratégia empresarial':

'É o devedor contumaz, que não paga quase que como estratégia empresarial, que lhe dá vantagem competitiva e permite que venda mais barato que os outros, induzindo os demais à mesma estratégia criminosa. O que estamos tentando enfrentar é o comportamento empresarial ilegítimo que gera concorrência desleal e, em muitos mercados, é muito evidente'.

Segundo aquele julgamento, o mero inadimplemento do imposto lançado caracterizaria a apropriação indébita dos valores, criminalizando-se, assim, a atividade empresarial, até mesmo porque não se determinou, durante ou após o julgamento, o que seria um comportamento 'costumaz', causando enorme insegurança jurídica.

O ministro Barroso afirmou que 'o que estamos enfrentando é um comportamento empresarial ilegítimo. Como pontuou o Ministro-Presidente, proponho incluir na tese que não é quem deixou de pagar ICMS, eventualmente, em momento de dificuldade, ou pulou um, dois ou até três meses'.

O que seria costumaz? Inadimplir por três meses? Ou

seria a partir do inadimplemento no quarto mês consecutivo? E se o empresário intercalar os meses de pagamento? E se houver a contestação desses valores perante o Fisco, estaria caracterizado o crime? Todas essas perguntas ficaram em aberto.

Eis aqui um dos mais graves problemas do Brasil - a insegurança jurídica - a falta de clareza sobre as regras do jogo, aliados ao constante oscilar do resultado dos julgamentos ao gosto de cada magistrado, cria um cenário que massacra empresas, desestimula a atividade empresarial, além de impedir a competitividade, pois as pequenas e médias empresas não têm caixa para contratar advogados, contadores e consultores para as devidas adequação a legislação de regência, afinal de contas, se o caixa estivesse positivo, o imposto já teria sido recolhido.

Além de ser um enorme retrocesso às garantias constitucionais dos cidadãos, já que permitirá a prisão por mero inadimplemento de uma dívida perante o Fisco, atentando diretamente a Convenção Internacional de Direitos Humanos, o recente entendimento da Suprema Corte utiliza, de forma indevida, o Direito Penal como mecanismo para atingir as políticas e metas fiscais do Estado, em completo desacordo com a Constituição Federal, quando traz à seara Penal a incumbência da **arrecadação** tributária.

Até o advento deste malfadado julgamento já era consenso que para a caracterização dos crimes previstos nos artigos 1º e 2º da Lei 8.137 de 1990 é imprescindível a existência de fraude, dissimulação ou omissão dolosa da obrigação principal ou acessória, sendo que o mero inadimplemento, mesmo que costumaz, não caracterizaria quaisquer uma das modalidades indicadas.

O que o recente entendimento incentiva, à bem da verdade, é a sonegação dos valores de ICMS.

A Suprema Corte tenta tomar à frente do Poder Legislativo, quando aumenta a abrangência da aplicação da lei, contrariamente ao que foi legislado.

*Christopher Marini e Andrea Haak, sócios do Marini Advogados

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação



CNT pede segurança nas estradas para garantir abastecimento em caso de greve dos caminhoneiros

Presidente da Confederação Nacional do Transporte negou apoio a uma eventual paralisação, que está sendo programada para a semana que vem

André Borges, O Estado de S.Paulo

28 de janeiro de 2021 | 16h44

BRASÍLIA - A **Confederação Nacional do Transporte (CNT)** negou nesta quinta-feira, 28, qualquer tipo de apoio a uma eventual paralisação de caminhoneiros, que **ameaçaram iniciar uma nova greve em todo o País**.

Por meio de nota, o **presidente da CNT, Vander Costa**, declarou que “não apoia nenhum tipo de paralisação de caminhoneiros e reafirma o compromisso do setor de transportador com a sociedade”.

Segundo a CNT, “se houver algum movimento dessa natureza, as transportadoras garantem o abastecimento do País, desde que seja garantida a segurança nas rodovias”. Em 2018, na paralisação que durou 11 dias, caminhoneiros que não quiseram aderir ao movimento chegaram a ser agredidos.

O governo acompanha o assunto de perto. Na quarta-feira, 27, o presidente **Jair Bolsonaro** fez um apelo aos caminhoneiros para que desistam da paralisação da categoria, programada para a semana que vem. Ele confirmou a intenção do governo de reduzir tributos sobre o diesel para aliviar a pressão do reajuste do combustível sobre o bolso dos caminhoneiros, mas ressaltou que “não é uma conta fácil de ser feita”.

Cada centavo de redução no **PIS/Cofins** sobre o diesel teria impacto de R\$ 800 milhões nos cofres públicos. Bolsonaro esteve na quarta com o ministro

da **Economia, Paulo Guedes**, na sede da pasta e um dos assuntos do encontro foi

justamente a **possibilidade de compensar os caminhoneiros pelo aumento no preço do diesel**.

“Reconhecemos o valor dos caminhoneiros para a economia, apelamos para eles que não façam greve, que todos nós vamos perder”, pediu o presidente.

O governo tem dito que as associações que chamaram a paralisação não são representativas do setor e que neste momento o preço do frete está alto por causa da safra agrícola.

Em 2018, o então deputado Jair Bolsonaro defendeu a greve de caminhoneiros que protestavam contra a alta no preço dos combustíveis. “Os caminhoneiros buscam soluções para esses problemas, que interessam aos 200 milhões de brasileiros. Não têm encontrado eco no **Legislativo**. Sobrou-lhes o **Executivo**, que teima a se omitir. Somente a paralisação prevista a partir de 2^a feira poderá forçar o presidente da República a dar uma solução para o caso”, disse Bolsonaro, em vídeo divulgado em redes sociais.

Naquele ano, a greve provocou uma crise de abastecimento no País e com fortes impactos sobre o crescimento da economia. O Ministério da Fazenda calculou em R\$ 15,9 bilhões o prejuízo à economia provocado pela paralisação.



País cria vagas formais em 2020, mas não se recupera da pandemia

142,7 mil empregos são gerados no ano; Sudeste elimina postos, por causa dos efeitos da crise no setor de serviços

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Brasil encerrou 2020 com saldo positivo na criação de vagas formais, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (28) pelo Ministério da Economia.

A geração líquida (contrações menos demissões) de 142.690 empregos com carteira assinada, porém, não foi suficiente para repor aqueles perdidos durante a pior fase, para o mercado de trabalho, da crise provocada pela pandemia.

O ano terminou positivo por influência das cerca de 342 mil vagas criadas nos dois primeiros meses do ano, mostram os números do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

De março, logo após o coronavírus chegar ao Brasil, até junho o país eliminou 1,6 milhão de postos de trabalho. As empresas voltaram a contratar no segundo semestre, até novembro, mas mesmo do que demitiram nos meses anteriores: foram apenas 1,4 milhão de vagas abertas no período.

Em dezembro houve corte de 67,9 mil vagas, mas o movimento é comum para o mês, já que é quando são fechadas as vagas temporárias de fim de

ano. O número é inferior ao de anos anteriores, o que indica que poucos postos temporários foram criados.

Houve 15,166 milhões de admissões e 15,024 milhões de desligamentos no ano, que terminou com 38,9 milhões de trabalhadores com carteira, alta de 0,36% sobre 2019.

O ministro Paulo Guedes (Economia) comemorou os dados dizendo que o país conseguiu, mesmo com a retração na atividade, registrar saldo positivo em 2020. Ele ressaltou que as recessões de 2015 e 2016 geraram demissões de 1,5 milhão e 1,3 milhão de pessoas, respectivamente.

Para o ministro, foi fundamental para o desempenho a criação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda — que estabeleceu regras para empresas cortarem salários e jornadas ou suspenderem contratos de trabalho, com pagamento de um benefício ao trabalhador afetado.

"De um lado, o auxílio emergencial fez a maior transferência direta de renda. E, por outro, o programa de empregos preservou 11 milhões de empregos", disse Guedes, que parabenizou a própria equipe.

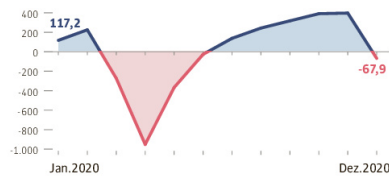
Até dezembro, o programa envolveu 1,4 milhão de empregadores e chegou a 9,8 milhões de trabalhadores. Com o auxílio emergencial, pago a informais sem renda e desempregados de baixa renda, o governo desembolsou R\$ 33,4 bilhões até o ano passado, sendo que ainda há um valor residual a ser pago em 2021.

As expectativas dos técnicos do governo e de especialistas se voltam para os números daqui em diante, já que o programa se encerrou em dezembro e a pandemia continua.

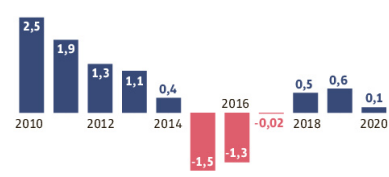
O Ministério da Economia diz que o risco de demissões é amenizado pela garantia provisória de empregos, prevista nas regras de redução de jornada e suspensão de contratos. A norma exige das empresas a preservação dos trabalhadores afetados pelo dobro do período em que adotaram a medida, sob pena de multa em caso de descumprimento. Bruno Dalcolmo, secretário de Trabalho, disse que 3,5 milhões de trabalhadores contam hoje com a garantia provisória. Em mais de 50% dos casos, afirmou, essas garantias se estendem até o meio do ano, o que diminuiria os riscos de aumento do desemprego.

Brasil cria vagas em 2020, mas não recupera postos perdidos na pandemia

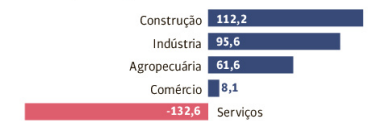
Saldo líquido mensal de empregos, em milhares



Saldo líquido anual de empregos, em milhões



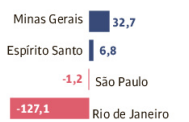
Saldo líquido de empregos em 2020 por setor, em milhares



Saldo líquido de empregos em 2020 por região, em milhares



Saldo em 2020 por estado da região Sudeste, em milhares



Fonte: Ministério da Economia

Diante do recrudescimento da pandemia, Bruno Bianco, secretário especial de Previdência e Trabalho, indicou que o programa pode ser retomado. "Em momento algum deixamos de lado esse pensamento [de novas medidas], mas obviamente isso demanda análise das circunstâncias e também uma análise política."

Segundo ele, medidas estruturais para flexibilizar regras trabalhistas e reduzir o custo do trabalho também continuam sendo avaliadas.

"Estamos fazendo programas contínuos de melhoria do ambiente de negócios, desburocratizando, revisando NRs [normas regulamentadoras], e também em paralelo estamos avaliando, em conjunto com a avaliação dos acontecimentos, se devemos ou não lançar mão de novas medidas relativas a momentos de crise."

Em sua avaliação, o país está voltando a um cenário de normalidade no mercado de trabalho. Mas especialistas traçam um cenário incerto, com dados de emprego ainda pressionados a curto prazo.

Renan Pieri, professor de economia da FGV, avalia ser importante que o programa de manutenção de empregos seja retomado. Mesmo assim, diz que a política pode não funcionar da mesma forma devido à situação das empresas, ao avanço da pandemia e à incerteza em relação a seu término.

Continua na pág. A16

BOX EM PROMOÇÃO COM AS

MAIORES LENDAS DA MÚSICA

★
★
★

COMPRE E RECEBA SEM SAIR DE CASA

APENAS **R\$ 10** CADA LIVRO-CD na compra da coleção completa

LENDAS DO JAZZ

30
LIVROS-CDs

Os **nomes lendários do jazz** estão reunidos em um box exclusivo. Da genialidade de cultuados cantores, como Louis Armstrong, Ella Fitzgerald, Billie Holiday e Nina Simone aos acordes inconfundíveis de Duke Ellington, Chet Baker, Miles Davis e John Coltrane.

GRANDES VOZES

25
LIVROS-CDs

Uma coleção ricamente ilustrada, que revive as trajetórias pessoais e os sucessos dos **25 intérpretes mais admirados e influentes de todos os tempos** como Frank Sinatra, Edith Piaf, Nat King Cole, Nina Simone e Elza Soares.

SOUL E BLUES

30
LIVROS-CDs

Uma coleção exclusiva que reúne os **mais cultuados intérpretes do Soul e do Blues** em um box com 30 álbuns da gravadora Blue Note. Capas exclusivas desenhadas por Eduardo Kobra, um dos muralistas mais reconhecidos da atualidade.

Disponível em folha.com.br/colecoes

FOLHA
NÃO DA PRA NÃO LER.

Opinião do GLOBO

Dívida trilionária dispara novo alerta para crise fiscal

Enquanto o endividamento bate mais um recorde, os investidores externos batem em retirada

A informação do Tesouro de que a dívida pública pela primeira vez ultrapassou os R\$ 5 trilhões, perto de 90% do PIB, dispara mais um sinal de alerta para a situação crítica das contas públicas. O Congresso precisa levar tal fato em conta no debate que crescerá a partir de segunda-feira, depois da eleição dos novos presidentes da Câmara e Senado, sobre a criação de um novo auxílio emergencial. O endividamento recorde e a crise fiscal têm tornado o Brasil cada vez menos atraente aos investimentos externos diretos, termômetro da confiança mundial na nossa economia.

As despesas extraordinárias no enfrentamento da pandemia no ano passado são a causa básica do crescimento da dívida em R\$ 760 bilhões, com um déficit primário de R\$ 744 bilhões, quase 10% do PIB. Para manter o endividamento sob controle, deveríamos, em contraste, acumular superávits na faixa dos 3%. Isso dá uma ideia do esforço fis-

cal hercúleo necessário para o Estado brasileiro resgatar a confiança no país. Não há milagre no caminho a perseguir: a agenda de reformas paralisada no Congresso, em particular a administrativa, a tributária e as demais que trariam fôlego fiscal.

É verdade que precisam ser reconhecidas as condições extraordinárias de 2020 (e também de 2021). É indiscutível que uma crise pandêmica global, capaz de derrubar as mais fortes economias do mundo, exige de cada Estado ações compensatórias para proteger a saúde da população e acolher aqueles atingidos pelos reflexos econômicos da doença. Entre setembro e novembro, 14 milhões ficaram sem emprego. Para 10 milhões, a jornada de trabalho foi reduzida, ou o contrato, suspenso.

Mas nada disso significa considerar como “novo normal” a precariedade da economia. É necessário ter sensatez. No Brasil, com seu longo prontuário de calotes na dívida pública, todo novo auxílio precisa ser lançado em bases mais consis-

tes. Não é um acaso que o investidor externo venha paulatinamente perdendo a confiança no país, a ponto de os investimentos diretos terem somado, no ano passado, apenas US\$ 34,2 bilhões, queda de 50% em relação a 2019 e o volume mais baixo dos últimos 11 anos — período em que muito se falou sobre as reformas, mas pouco se fez.

A fuga do investidor é explicada como sintoma da retração mundial causada pelo vírus. É menos que uma meia-verdade. Desde 2011, a tendência nos investimentos diretos tem sido de queda. No pico, em 2011, chegaram a US\$ 102 bilhões, volume mais elevado desde que os dados passaram a ser coletados, em 1947. Caíram a um terço disso em 2020.

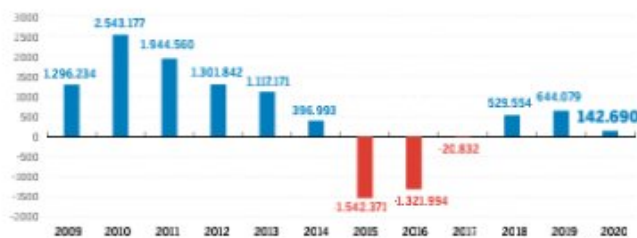
Daí a urgência das reformas. A perda de atratividade do Brasil vem de longe e pode se agravar dependendo de como o governo responder à nova onda da Covid-19. Vir para ficar não é um dogma para o investidor estrangeiro. Depende das condições. A Ford ficou um século — e partiu.

EMPREGO FORMAL

País cria 142,6 mil vagas na pandemia. Para mulheres, 87,6 mil postos foram perdidos

OS NÚMEROS DO CAGED

SÉRIE HISTÓRICA (saldo de vagas)



SALDO DE VAGAS EM 2020



Fonte: Ministério da Economia

MANGEL VENTURA,
CÁSSIA ALMEIDA
E CAROLINA NALIN
versos all@globo.com.br
@mangelv

No ano da pandemia de Covid-19, o Brasil conseguiu criar 142.690 vagas com carteira assinada, mas não para as mulheres. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 2020, divulgados ontem pelo Ministério da Economia, enquanto para os homens foi registrado um saldo positivo de 230,2 mil postos, no caso delas as demissões superaram as contratações em 87,6 mil.

A divisão de gênero no trabalho, tanto doméstico como remunerado, explica o resultado desfavorável às mulheres. Presentes principalmente nos serviços, como cabeleireiras e vendedoras, elas foram mais afetadas quando a quarentena obrigou que essas atividades parassem. O emprego doméstico, 95% femi-

nino, também despencou. Frente a 2019, a queda chegou a 25%, diante da necessidade de isolamento e da redução da renda das famílias. Além disso, o fechamento de creches e escolas, impede que elas possam procurar trabalho.

— Mulheres trabalham mais no setor de serviços, que teve um saldo negativo. E mulheres tiveram de abdicar de seus trabalhos para cuidar dos filhos — explicou o economista Daniel Duque, da FGV.

RÍO NA CONTRAMÃO

No ano passado, apenas o setor de serviços, um dos mais afetados pela pandemia, demitiu mais que contratou, registrando saldo negativo de 132.584 vagas. A construção civil criou 112.174 postos, e a indústria, 95.588. Os setores da agropecuária (61.637) e o comércio (8.130) também abriram vagas formais.

Foram registrados resultados positivos na geração de empregos entre julho e no-

vembro. Em dezembro, o país voltou a fechar postos de trabalho, uma retração de 67.906, o que é considerado sazonal.

— O número de contratações reflete a recuperação de alguns setores, principalmente da indústria e da construção civil. A indústria vem mostrando uma retomada forte, ajudada pelo câmbio e pelo crescimento de exportações. A construção civil também teve uma retomada surpreendente nessa crise — disse Rafaela Vitória, econo-

A diferença entre as pesquisas

> Apesar de tratarem do mesmo tema — emprego —, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Contínua (Pnad Contínua), feita pelo IBGE, e o Cadastro

mista-chefe do Banco Inter.

Enquanto isso, o Rio continua destoando do restante do país. No ano passado, fechou 127.155 postos de trabalho formal, de longe o pior resultado entre os estados. Só o setor de serviços encerrou 86.500 vagas. Mas comércio, indústria e construção também fecharam postos.

Entre as regiões do país, apenas o Sudeste não encerrou o ano com saldo positivo, tendo perdido 88.785 vagas. O salário médio de admissão de tra-

balhadores com carteira assinada ficou em R\$ 1.777,30 de janeiro a dezembro de 2020, segundo dados do Caged.

O governo atribuiu o resultado nacional às medidas de estímulo à economia adotadas no ano passado. A principal foi permitir suspensão de contrato e redução de jornada e salário, com parte da renda do trabalhador sendo compensada pela União. De abril a dezembro de 2020, 9,8 milhões de empregados fizeram acordos.

Para o ministro da Econo-

mia, Paulo Guedes, a criação de empregos formais em 2020 é uma "grande notícia":

— Em um ano terrível, em que o PIB caiu 4,5%, criamos 142 mil novos empregos. A prioridade para o Brasil agora é saúde, emprego e renda. Esperamos que, assim que o Congresso retorne, resolvido o problema das novas lideranças e presidências da Câmara e do Senado, que o Brasil possa avançar com as reformas.

O presidente Jair Bolsonaro também comemorou:

— Nós terminamos o ano de 2020 com mais gente com carteira assinada do que em dezembro de 2019. Ou seja, mesmo durante a pandemia, tivemos perda de empregos em abril, maio, depois recuperamos isso daí.

— Nós terminamos o ano de 2020 com mais gente com carteira assinada do que em dezembro de 2019. Ou seja, mesmo durante a pandemia, tivemos perda de empregos em abril, maio, depois recuperamos isso daí.

— Nós terminamos o ano de 2020 com mais gente com carteira assinada do que em dezembro de 2019. Ou seja, mesmo durante a pandemia, tivemos perda de empregos em abril, maio, depois recuperamos isso daí.

METADE DE INTERMITENTES

Duque, da FGV, ressaltou que metade do saldo positivo veio de contratos intermitentes, quando o profissional é contratado para trabalhar apenas determinados dias, que podem variar de um mês para o outro. Essa modalidade registrou um saldo positivo de 73.164 vagas no ano passado.

— O Caged surpreendeu positivamente. Mas é interessante ver que metade do saldo veio dos contratos intermitentes — comentou.

Apesar de positivo, o saldo do emprego formal em 2020 foi o pior registrado desde 2017, quando o país fechou 11,9 mil vagas. E o país não recuperou as perdas registradas no auge da crise provocada pela pandemia. Entre março e junho, foram fechadas 1,612 milhão de vagas. Nos meses seguintes, a criação de postos foi de 1,431 milhão. O resultado do ano ficou positivo graças à criação de vagas em janeiro e fevereiro, antes da Covid-19.

As contratações no ano passado favoreceram trabalhadores com ensino médio completo. Houve fechamento de vagas para brasileiros com ensino superior completo e fundamental. Já o recorte por idade mostra o crescimento de postos para trabalhadores com 18 a 24 anos, enquanto houve fechamento de vagas para quem tinha a partir de 30 anos.

Taxa de desemprego é a maior para novembro desde 2012

Apesar do aumento da população ocupada, índice ficou em 14,1%, com 14 milhões de brasileiros ainda em busca de trabalho

A taxa de desemprego ficou em 14,1% no trimestre encerrado em novembro, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), divulgados ontem pelo IBGE. É o maior índice para o período desde 2012, início da série histórica.

A taxa é levemente menor que a registrada no trimestre encerrado em agosto (14,4%). Ainda há 14 milhões à procura de uma vaga.

Apesar do índice elevado, a pesquisa traz sinais positivos, que indicam alguma recuperação do mercado de trabalho. A dívida, segundo analistas, é se essa melhora vai se manter diante do aumento de casos de Covid-19 e o recente retorno a medidas restritivas.

O principal indicador positivo é o crescimento da população ocupada, que foi recorde da série. Houve alta de 4,8% do número de ocupados no tri-

mestre encerrado em novembro, chegando a 85,6 milhões. São 35 milhões a mais no mercado de trabalho em relação ao trimestre anterior.

— Essa expansão está ligada à volta das pessoas ao mercado, que estavam fora por causa do isolamento social, e ao aumento do processo de contratação do próprio período de ano — explica a analista da pesquisa, Adriana Beringuy. O aumento na ocupação foi

maior no comércio: mais 854 mil pessoas passaram a trabalhar no setor. Na indústria, a alta foi de 4,4% após queda de 3,5% em agosto, um ganho de 465 mil trabalhadores.

INÍCIO DO ANO DEVE TER PIORA

Houve expansão tanto do emprego informal quando das vagas com carteira. O trabalho informal cresceu 11,2% no trimestre, somando 9,7 milhões de pessoas. Já o número de

balhadores com carteira assinada ficou em R\$ 1.777,30 de janeiro a dezembro de 2020, segundo dados do Caged.

O governo atribuiu o resultado nacional às medidas de estímulo à economia adotadas no ano passado. A principal foi permitir suspensão de contrato e redução de jornada e salário, com parte da renda do trabalhador sendo compensada pela União. De abril a dezembro de 2020, 9,8 milhões de empregados fizeram acordos.

Para o ministro da Econo-

mia, Paulo Guedes, a criação de empregos formais em 2020 é uma "grande notícia":

— Em um ano terrível, em que o PIB caiu 4,5%, criamos 142 mil novos empregos. A prioridade para o Brasil agora é saúde, emprego e renda. Esperamos que, assim que o Congresso retorne, resolvido o problema das novas lideranças e presidências da Câmara e do Senado, que o Brasil possa avançar com as reformas.

O presidente Jair Bolsonaro também comemorou:

— Nós terminamos o ano de 2020 com mais gente com carteira assinada do que em dezembro de 2019. Ou seja, mesmo durante a pandemia, tivemos perda de empregos em abril, maio, depois recuperamos isso daí.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, ressaltou que metade do saldo positivo veio de contratos intermitentes, quando o profissional é contratado para trabalhar apenas determinados dias, que podem variar de um mês para o outro. Essa modalidade registrou um saldo positivo de 73.164 vagas no ano passado.

O Caged surpreendeu positivamente. Mas é interessante ver que metade do saldo veio dos contratos intermitentes — comentou.

Apesar de positivo, o saldo do emprego formal em 2020 foi o pior registrado desde 2017, quando o país fechou 11,9 mil vagas. E o país não recuperou as perdas registradas no auge da crise provocada pela pandemia. Entre março e junho, foram fechadas 1,612 milhão de vagas. Nos meses seguintes, a criação de postos foi de 1,431 milhão. O resultado do ano ficou positivo graças à criação de vagas em janeiro e fevereiro, antes da Covid-19.

As contratações no ano passado favoreceram trabalhadores com ensino médio completo. Houve fechamento de vagas para brasileiros com ensino superior completo e fundamental. Já o recorte por idade mostra o crescimento de postos para trabalhadores com 18 a 24 anos, enquanto houve fechamento de vagas para quem tinha a partir de 30 anos.

piorando, com mais mortes. Tudo isso tende a atrapalhar a criação de empregos novamente, sobretudo no setor de serviços — diz Marcos Heckler, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Vitor Vidal, economista da XP Investimentos, destaca ainda que houve uma queda de 1,2% em novembro na massa de rendimento do trabalho:

— Esperávamos que a renda compensasse a redução do auxílio emergencial, principalmente para o informal. Mas não houve essa recuperação.

Vidal prevê que o desemprego atinja o pico no segundo trimestre, beirando os 16%. (Carolina Nalin)

Governo avalia plano B para programa de corte de salário e jornada

Empresários pedem para prorrogar iniciativa. Alternativa seria adaptar modelo de lay-off com negociação individual

GERALDA DOCA
para o *O Globo* com
fotos de
Armando

O governo estuda um plano B para atender aos pedidos do setor de serviços, principalmente de bares e restaurantes, para renovar o programa de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato. De acordo com fontes a par das discussões, a ideia é propor algo semelhante ao modelo de lay-off, existente na legislação trabalhista e que já foi bastante usado por mentadoras.

O programa de redução de jornada e salário é apontado pelo governo como um dos fatores responsáveis por preservar empregos com carteira assinada durante a pandemia em 2020.

SEM COMPLEMENTO DA UNIÃO
Para garantir a manutenção de postos de trabalho, o governo arcou com uma parte do pagamento aos trabalhadores nos casos de redução de salário. Quem teve o contrato suspenso recebeu o seguro-desemprego. O programa

expirou em 31 de dezembro, e a avaliação é que não há espaço no Orçamento para repetir o mesmo modelo.

No modelo atual de lay-off, as empresas podem reduzir jornada e salário, mas não há ajuda do governo para complementar a renda dos trabalhadores. Caso haja suspensão temporária do contrato de trabalho, pelo prazo máximo de cinco meses, os empregados recebem como pagamento parcelas do seguro-desemprego, no valor máximo de R\$ 1.900. Neste caso, os recursos vêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A empresa pode optar por complementar o ganho do trabalhador, mas isso não é considerado salário.

A legislação prevê, no entanto, que a redução de jornada ou a suspensão de contrato no lay-off seja feita por meio de sindicato. O governo avalia flexibilizar a medida para adaptar temporariamente a legislação e permitir que os acordos sejam feitos de forma individual.

A equipe econômica vinha resistindo aos apelos para que a redução de jornada e salário fosse renovada. Mas o aumento de casos de Covid-19, que resultou em novas medidas de restrição para combater o avanço da doença em São Paulo e Minas Gerais, e o apelo dos empresários levaram o ministério a buscar uma alternativa.

Na última quarta-feira, o presidente Jair Bolsonaro levou o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) para uma reunião no Ministério da Economia. O empresário relatou que pediu a renovação do programa de redução de jornada e salário, mais tempo de crédito para quem contraiu empréstimos pelo Pronampe (programa criado na crise com juro baixo para ajudar as empresas a atravessarem a pandemia) e mudanças na regra do Simples.

Bolsonaro afirmou que analisaria os pedidos do setor e daria uma resposta em duas semanas.



Opção. No modelo de lay-off é possível reduzir jornada e salário ou suspender temporariamente o contrato de trabalho

PIX servirá para conta salário

> Lançado em novembro de 2020, o Pix deve ganhar novas funcionalidades neste ano, inclusive a possibilidade de ser usado em contas salário. O anúncio foi feito ontem pelo Banco Central (BC).

> Por enquanto, o Pix pode ser usado apenas por pessoas e empresas que tenham conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga. Com a nova funcionalidade, a expectativa é que chegue a mais pessoas. O BC não informou quando a mudança entra em vigor.

> O diretor de Organiza-

ção do Sistema Financeiro e Resolução do BC, João Manoel Pinho de Mello, anunciou que as aplicações das instituições que participam do Pix poderão se integrar à lista de contatos dos usuários.

— Isto visa a aperfeiçoar a experiência do usuário ao facilitar a identificação, em seus contatos, de quem possui chave Pix registrada.

> Outra novidade para o ano é a criação de mecanismo que permite que o banco ou fintech possa devolver recursos recebidos se tiver uma "fundada suspeita de fraude" ou falha operacional. (G. S.)

A possibilidade de fazer acordos diretamente com trabalhadores era um dos pontos do programa de redução de jornada e salário ou suspensão do contrato, inclusive na medida provisória 936 no ano passado.

Segundo dados da Secretaria Especial de Previdência do Trabalho, a MP permitiu a realização de 20,119 milhões de acordos, abrangendo 9,849 milhões de trabalhadores. Deste total, 8,76 milhões de acordos trataram a suspensão de contrato.

Do gasto previsto de R\$ 33,4 bilhões, foram desembolsados R\$ 18 bilhões. No entanto, ela não pode ser considerada uma medida de guerra, que permitiria o cancelamento de guerra, terminando em 31 de dezembro.

Contas públicas têm rombo de R\$ 743 bilhões

Valor em 2020 equivale a 10% do PIB e é o maior já registrado. Resultado reflete gastos para conter a crise causada pela pandemia. Presidente afirma que concessão de novo auxílio emergencial 'vai quebrar o Brasil'

MANGUEL VENTURA
E GUSTAVO MAAIA
contam **allegoblog**
sobre

Com o conjunto de medidas tomadas pelo governo federal para enfrentar a pandemia de Covid-19 e seus impactos econômicos, as contas públicas fecharam o ano de 2020 com um déficit de R\$ 743,1 bilhões, equivalente a 10% do PIB. O número, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional, é de longe o pior já registrado pelo governo.

Em 2019, o déficit nas contas públicas foi de R\$ 95,1 bilhões. Com um buraco nas contas, o governo precisa recorrer ao mercado e emitir títulos da dívida para cobrir os gastos. A previsão do governo é fechar o ano com uma dívida equivalente a 91% do PIB, percentual alto na comparação com países emergentes como o Brasil.

As despesas do governo federal dispararam 31% no ano passado, elevação causada pelas medidas tomadas contra a Covid-19. Os gastos das ações de combate à crise sanitária totalizaram R\$ 520,9 bilhões em 2020. A principal medida foi o auxílio emergencial, concedido até dezembro para trabalhadores informais, que so-

cou R\$ 293 bilhões no ano.

No total, considerando todas as despesas, o governo gastou R\$ 1,947 trilhão em 2020. Além do gasto recorde, a receita do governo federal desabou 13,5%, em decorrência das medidas de adiamento de impostos e do desempenho negativo da economia ao longo do ano.

TETO DE GASTOS É 'DESAFIO'

A despeito de uma segunda onda de casos e mortes provocados pela Covid-19, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, disse que os atuais dados do mercado de trabalho não justificam a reedição de um programa de auxílio à população. Ele defendeu que o processo de imunização da população é, agora, a melhor política que o país pode adotar.

— Dada a recuperação do mercado de trabalho, não acho que (o programa do emprego e o auxílio emergencial) sejam a melhor política do momento — afirmou. — A melhor política no momento é a política de vacinação. É a melhor política de saúde, é a melhor política econômica e fiscal.

No início da noite, em transmissão em rede social, o presidente Jair Bolsonaro vol-

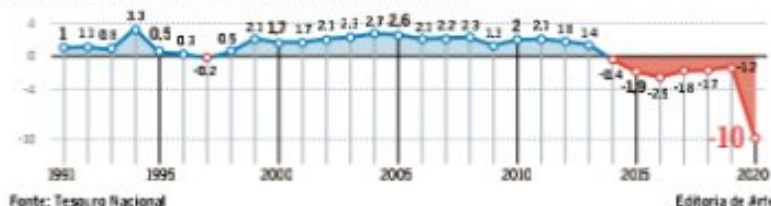
TRAJETÓRIA DE DETERIORAÇÃO

Pandemia provoca salto no rombo das contas públicas

Resultado das contas públicas (em R\$ bilhões)



Resultado do governo como comparação ao PIB (em %)



Fonte: Tesouro Nacional

Editoria de Arte

tou a descartar uma nova rodada do auxílio emergencial: — Lamento, o pessoal quer que continue, vai quebrar o Brasil. Vem inflação, descontrole da economia, vem um desastre atrás disso aí. E todo mundo vai pagar caríssimo. E temos que trabalhar.

Nos últimos dias, candidatos às presidências da Câ-

mara e do Senado, inclusive quem tem o apoio do governo, vem defendendo medidas de transferência de renda aos mais vulneráveis.

— Alguns batem na questão do auxílio emergencial. O nome é emergencial. A nossa capacidade de endividamento chegou ao limite — disse o presidente.

Normalmente, o governo precisa perseguir uma meta de resultado das contas públicas, estabelecida no ano anterior e aprovada pelo Congresso. Mas em 2020, por causa da pandemia, a meta foi suspensa. Para este ano, foi estabelecido um rombo de R\$ 247 bilhões.

O relatório do Tesouro afirma ainda que será um "grande

Inadimplência fecha 2020 na mínima histórica

> A taxa de inadimplência fechou 2020 no menor patamar da série histórica, iniciada em 2011, informou ontem o Banco Central. Em dezembro, ficou em 2,9%, depois de ter atingido 4% em abril, no auge da pandemia.

> Foi sétima queda seguida. Para pessoas físicas, a inadimplência

caiu de 5,5% em abril para 4,2% em dezembro, e, para empresas, 2,4% para 1,4%.

> Esse recuo está relacionado às medidas do governo contra a crise, como o auxílio emergencial. Além disso, bancos ofereceram a renegociação de dívidas, estimulados pelo BC.

desafio" cumprir o teto de gastos em 2021, apesar de ser "factive". Mas, para isso, será preciso cortar gastos com investimentos e manutenção da máquina pública, por conta da alta da inflação no fim de 2020. A regra do teto impede o aumento das despesas da União acima da inflação medida até junho do ano anterior.

Para Campos, fiscal é ‘chave de tudo’

Por **Estevão Taiar** — De São Paulo

29/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O quadro fiscal é “a chave de tudo” e dá espaço ou não para o Banco Central (BC) manejar a política monetária, afirmou o presidente da instituição, Roberto Campos Neto. “O fiscal é o que vai dar o campo de manobra para o BC agir na política monetária”, disse.

Campos reforçou que o BC considera que “vários componentes” dos choques inflacionários recentes são temporários. Ele lembrou que a aceleração dos preços foi causada pela alta das commodities, desvalorização cambial e elevação dos preços de alimentos. Mas reconheceu que “começou a haver contaminação, principalmente dos núcleos”, referindo-se às medidas mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária.

O presidente do Banco Central disse ainda que os números do mercado de crédito referentes a 2020 mostram um quadro positivo para o Brasil. “Poucos países apresentam esse número de crédito na pandemia”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

Pedidos do setor foram ouvidos, diz Secretaria da Fazenda

Desde o ano passado, o Governo do Estado já conversa com o setor de carnes e aves, afirma a pasta

Por **Marcela Caetano** — De São Paulo

29/01/2021 05h01 · Atualizado há 10 minutos

A secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo informou em nota que representantes da manifestação da última quarta-feira, na qual representantes de açougues e distribuidores de carnes protestaram contra o aumento do ICMS, foram atendidos na semana passada e no começo desta semana.

“Desde o ano passado o Governo do Estado já conversa com o setor de carnes e aves sobre a redução de benefícios fiscais em caráter emergencial e temporário, por 24 meses”, argumentou a secretaria.

O governo chegou a voltar atrás em algumas das medidas contestadas por diferentes segmentos do agronegócio, que promoveu um tratoração contra o aumento de impostos no último dia 15, como no caso produtos e insumos agropecuários, produtos hortigranjeiros e energia elétrica.

No caso da carne bovina, o governo restabeleceu parte do benefício fiscal concedido para abatedores e frigoríficos, que pagarão 6,1% de ICMS a partir de 1º de abril. A alíquota base de ICMS é de 12% e o benefício concedido ao setor é o crédito outorgado.

Para as aves, a secretaria destacou que, ainda em dezembro, o governo de São Paulo restabeleceu o benefício fiscal concedido nas operações dentro do Estado, e a

atividade voltará a pagar 7% de ICMS a partir de 1º de abril.

No entanto, a secretaria destacou que há limites pra que a pasta possa revogar medidas. “A negociação com os setores tem de respeitar os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na medida em que as receitas proporcionadas pela redução dos benefícios fiscais foram incluídas no orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa, qualquer mudança que implique em receita menor para o governo precisa vir acompanhada de uma compensação na arrecadação”, ponderou a secretaria paulista na nota.

O presidente da InvestSP, Wilson Mello, afirmou que o governo do Estado está sensível à perda de competitividade que açougues e distribuidores de carnes terão com o aumento da carga tributária de 7% para 13,3% para estabelecimentos enquadrados no Simples Nacional, que entrou em vigor em 15 de janeiro.

O tema voltará a ser discutido na Secretaria da Fazenda do Estado nesta sexta-feira. “Entendemos o ponto da perda de competitividade. Estamos sensíveis ao tema e buscando uma solução”, afirmou, ao **Valor**. Mello afirmou que esteve reunido com representantes do setor na última sexta-feira e também na última segunda-feira.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carne Fresca de São Paulo, Mauro Henrique Farias Ramos, diz que pode haver uma nova manifestação, como a de quarta-feira. “Nós mandamos um recado ao governo e vamos esperar a resposta. Se ela não vier, vamos pensar em uma nova manifestação”, alertou o dirigente.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Lucro da Honeywell tem queda de 13% no quarto trimestre

Maior fornecedora de sistemas e softwares para as fabricantes da indústria aeroespacial somou um ganho de US\$ 1,36 bilhão no período

mercado

Governo fecha 2020 com rombo fiscal recorde de R\$ 743 bi

Resultado é o pior da série histórica e reflete disparada de gastos e perda de arrecadação com a pandemia

Bernardo Caram

BRASÍLIA Sob efeito da pandemia, que provocou uma disparada dos gastos públicos e derrubou a arrecadação de impostos, as contas do governo federal registraram um rombo fiscal de R\$ 743,1 bilhões em 2020. O resultado é o pior da série histórica, iniciada há 24 anos.

O déficit primário, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta quinta-feira (28), equale a 10% do PIB e é maior do que a soma de todos os rombos registrados em 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Em dezembro, último mês de vigência do decreto de calamidade pública, o rombo nas contas do governo ficou em R\$ 44,1 bilhões, ante um déficit de R\$ 14,6 bilhões do mesmo mês de 2019.

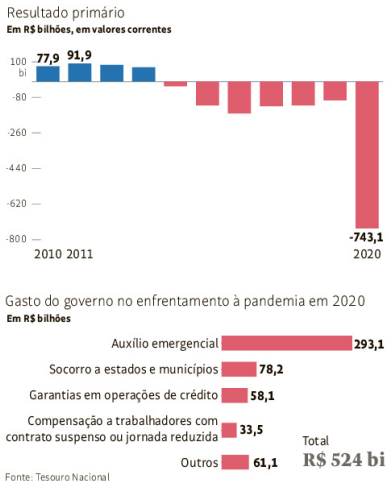
O resultado primário é a diferença entre as receitas e as despesas do governo. Os gastos com juros da dívida pública não entram nessa conta. O governo registra déficit, portanto, quando gasta mais do que arrecada.

No resultado acumulado de 2020, a receita total do governo ficou em R\$ 1,47 trilhão, um queda real de 13,1%. O movimento foi motivado pela deterioração da economia. Com as medidas restritivas e de distanciamento social nos estados e municípios, o faturamento das empresas caiu, afetando negativamente o pagamento de impostos.

A crise provocou, por exemplo, uma queda de 5,3% na arrecadação de contribuições para o INSS. As receitas do governo com dividendos recuaram 69%, enquanto os ganhos com concessões caíram 91% — depois do grande volume de leilões de petróleo em 2019, não houve operações de grande impacto.

Do lado das despesas, com

Governo federal tem rombo fiscal histórico



Fonte: Tesouro Nacional

resultado de R\$ 1,95 trilhão, houve um aumento de 31,1% acima da inflação nos gastos do governo no ano passado, em comparação com 2019. Somente os desembolsos diretamente relacionados ao enfrentamento da crise sanitária somaram R\$ 524 bilhões. A medida de maior impacto foi o auxílio emergencial, que teve custo total de R\$ 293 bilhões. A compensação paga a trabalhadores com jornada reduzida ou contrato suspenso ou jornada reduzida somou R\$ 33,5 bilhões. O governo federal ainda gastou R\$ 78 bilhões com o programa de socorro a estados e municípios.

Para avaliar essas despesas, o Tesouro precisou emitir grande volume de títulos públicos no ano passado, o que resultou em um aumento de 31,1% acima da inflação nos gastos do governo no ano passado, em comparação com 2019. Somente os desembolsos diretamente relacionados ao enfrentamento da crise sanitária somaram R\$ 524 bilhões. A medida de maior impacto foi o auxílio emergencial, que teve custo total de R\$ 293 bilhões. A compensação paga a trabalhadores com jornada reduzida ou contrato suspenso ou jornada reduzida somou R\$ 33,5 bilhões. O governo federal ainda gastou R\$ 78 bilhões com o programa de socorro a estados e municípios.

amplio o endividamento. A previsão oficial do Ministério da Economia é que a dívida pública suba de 74,3% do PIB em 2019 para 91% do PIB em 2020. O dado oficial será informado pelo Banco Central nesta sexta-feira (29).

Embora negativo, o resultado fiscal de 2020 veio melhor do que o esperado pelo governo. A estimativa mais recente, apresentada no fim do ano, projetava um rombo de R\$ 83,8 bilhões nas contas federais. O déficit efetivo foi R\$ 88,7 bilhões menor.

Segundo o Tesouro, parte dessa diferença ocorreu porque o governo acabou não gastando R\$ 36 bilhões em recursos que estavam previstos para o que viria a ser enfrentamento da pandemia. Na realidade, houve uma despesa menor de R\$ 7 bilhões com pagamento de benefícios.

A expansão de gastos para mitigar efeitos da pandemia em 2020 só foi possível porque o governo e o Congresso decretaram estado de calamidade pública de março a dezembro do ano passado, além de implementarem o chamado Orçamento de Guerra.

As medidas desobrigaram o Executivo a respeitar regras fiscais. A maior parte dos gastos relacionados à pandemia foi autorizada por meio de créditos extraordinários, mecanismo que pode ser usado em situações urgentes e imprevisíveis e que não é contabilizado no teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas.

Também ficou dispensada a regra de ouro, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, previdência e benefícios assistenciais.

Por fim, não foi necessário cumprir uma meta fiscal, o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. Em 2020, esse compromisso havia sido estipulado em R\$ 124,1 bilhões de déficit. Portanto, o resultado do fechamento do ano ficou R\$ 619 bilhões pior do que a meta.

Expandir os gastos, muitos minérios e commodities para gastar tudo o recurso disponível para o ano. No total, R\$ 217 bilhões acabaram empilhados, sem uso, com valores mais relevantes nos ministérios da Educação (R\$ 4,5 bilhões), Ministério da Economia (R\$ 3,7 bilhões) e Ministério do Desenvolvimento Regional (R\$ 2,5 bilhões).

Endividamento das famílias supera 50% pela 1ª vez; comprometimento da renda vai a 21,7%

Larissa Garcia

BRASÍLIA Com o aumento na demanda por crédito em meio à pandemia, o endividamento das famílias junto aos bancos alcançou 50,3% em outubro, maior nível da série histórica, iniciada em janeiro de 2003.

O dado, divulgado nesta quinta-feira (28) pelo Banco Central, considera o estoque dos financiamentos da família com relação à sua renda em 12 meses. O nível de endividamento passou de 50% pela primeira vez.

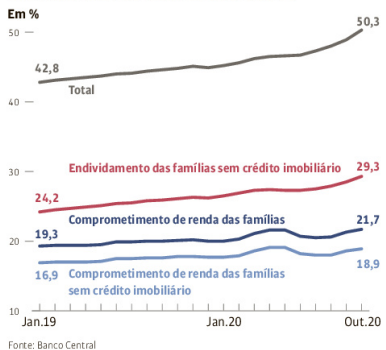
O comprometimento da renda mensal do brasileiro com parcelas de empréstimos, por sua vez, chegou a 21,7% e se igualou a setembro de 2015, quando o percentual tinha sido o maior.

Para Fernando Rocha, chefe do departamento de estatísticas do Banco Central, o nível não é necessariamente preocupante.

“É um tema que deve ser observado, de educação financeira, mas os níveis de inadimplência permanecem baixos. Ter passado para 50% não é indicativo de problema”, avalia.

Em 2020, até outubro, o endividamento cresceu 5,4 pontos percentuais, e o compro-

Endividamento das famílias bate recorde



Fonte: Banco Central

te disponível é 0,6 de outubro. Segundo a mesma pesquisa do BC, a inadimplência ficou em 2,1% em dezembro, menor valor da série, com redução de 0,4 ponto no mês e 0,8 ponto no ano.

O auxílio emergencial, que terminou em dezembro, e as renovações das parcelas de empréstimos promovidas pelos bancos durante a pandemia, de acordo com o Banco Central, evitaram os escalotes.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO INSTITUTO STOCK

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Sociedade Numismática Brasileira - Assembleia Geral Ordinária convocados os associados desta Sociedade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 179/2020. O Sr. Diretor de Defesa do Consumidor do Banco Central do Brasil

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP. Ata da Assembleia Geral Extraordinária. Realizada em 20.08.2020. 1. Data, Hora e Local: No dia 20 de agosto de 2020, às 10 horas, em formato digital...

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP. Ata da Assembleia Geral Extraordinária. Realizada em 15.06.2020. 1. Data, Hora e Local: No dia 15 de junho de 2020, às 10 horas, de modo virtual, via Zoom...

Prorrogar auxílio seria “desastre”, afirma Bolsonaro

Presidente garantiu que comprará imunizantes, independente de origem, que tenham sido aprovados pela Anvisa

Por **Matheus Schuch** — De Brasília

29/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que a prorrogação do auxílio emergencial, defendida por uma ala do governo, seria um “desastre” que poderia “quebrar o Brasil”. Na sua live semanal nas redes sociais, Bolsonaro afirmou que o país está no limite da capacidade de endividamento.

“Alguns batem na questão do auxílio emergencial. O nome é emergencial. A nossa capacidade de endividamento chegou ao limite. Ficamos cinco meses com R\$ 600 e mais quatro com R\$ 300. Lamento, o pessoal quer que continue. Vai quebrar o Brasil. Vem inflação, descontrole da economia, vem um desastre atrás disso e todo mundo vai pagar caríssimo”, sustentou ele.

Na transmissão, Bolsonaro também falou sobre a pandemia de covid-19 e defendeu que a população deve começar a voltar a “viver”, mesmo diante de mais de 220 mil mortes pela doença e da escalada de novos casos.

“Nós temos que voltar a viver, pessoal. Sorrir, fazer piada, brincar, voltar aos estádios de futebol o mais cedo possível, que seja com uma quantidade menor, 20%, 30% da capacidade do estádio”, afirmou. “As vacinas estão vindo aí.”

O presidente garantiu que comprará imunizantes, independente de origem, que tenham sido aprovados pela Anvisa.

Melhora do emprego não deve durar

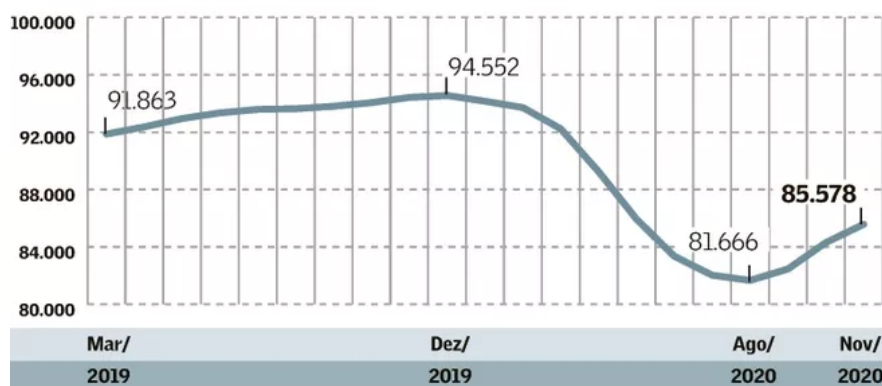
Cenário mais otimista visto no fim de 2020 fica mais longe com pandemia e sem auxílio emergencial

Por Ana Conceição, Anaís Fernandes, Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro e Lucianne Carneiro — De São Paulo, Brasília e do Rio

29/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Emprego cresce, mas não recupera perdas da pandemia

População ocupada - em mil



Caged tem saldo positivo de **142,7 mil vagas em 2020**

Queda na comparação com 2019 é de **78%**

Fonte: Ministério da Economia e Pnad Contínua - IBGE

A taxa de desemprego ficou em 14,1% no trimestre encerrado em novembro, com um salto de 4,8% no número de pessoas que encontraram uma ocupação, na comparação com o período terminado em agosto, o maior aumento da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, iniciada em 2012. Os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que 95% das pessoas que entraram no mercado encontraram trabalho no período.

Do aumento de 3,912 milhões de vagas criadas no trimestre, 2,445 milhões (66%) foram no setor informal. Houve alguma reação do setor formal, com 895 mil posições a mais. Também divulgados ontem, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostraram que o país fechou 2020 com saldo positivo de 142,7 mil empregos com carteira, ante 644,1 mil em 2019. As expectativas no início da pandemia eram de saldo muito negativo.

A despeito da forte criação de vagas, a Pnad, que engloba mercado formal e informal, apontou que o número de desempregados (14 milhões) continuou um dos mais altos da série e o contingente de ocupados (85,6 milhões) ainda é 8,8 milhões menor que em igual período de 2019. Para o economista Tiago Cabral, do Instituto iDados, o recrudescimento da covid-19 pode frear a melhora vista até agora. Sendo uma média móvel trimestral, o resultado de novembro ainda está diluído pelo efeito dos meses anteriores, quando se observava queda nos casos e incremento da atividade, diz.

O fim do auxílio emergencial deve provocar um retorno maciço de pessoas à força de trabalho, pressionando a taxa de desemprego. Também no mercado medido pelo Caged, a perspectiva é de um primeiro trimestre de 2021 pior do que o observado nos meses anteriores de 2020, sobretudo pela piora da pandemia, afirma Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

Apesar de dúvidas sobre a nova metodologia e eventual subnotificação, o Caged tem apontado para uma recuperação mais vigorosa do emprego com carteira do que a Pnad. Apenas o setor de serviços encerrou 2020 com saldo negativo (132,6 mil vagas). Em dezembro, o Brasil fechou 67,9 mil postos - o mês costuma ser de demissões, mas esse foi o resultado menos pior desde 1995.

“A grande notícia é que num ano terrível, em que o PIB caiu 4,5%, criamos 142 mil empregos”, disse ontem o ministro Paulo Guedes (Economia). O mercado formal foi sustentado pelo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que permitiu suspensão de contratos e redução de salário/jornada. “Mesmo nossas previsões iniciais falavam de possibilidade de demissão de mais de 10 milhões de pessoas”, disse o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo. Foram 20,1 milhões de acordos pelo BEm, com custo efetivo de R\$ 33,4 bilhões, segundo o Ministério da Economia.

O governo analisa a recriação do programa, disse o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco. Para Cosmo Donato, da LCA, o BEm teve papel “muito importante”, mas seu efeito já foi. "Caminhamos para um ano com perspectiva de recuperação econômica, ainda que a piora da pandemia acenda um alerta. Talvez não faça mais tanto sentido até para as empresas.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Nova posição dos EUA pode reduzir ‘fúria’ de governo Bolsonaro em temas da saúde sexual, diz especialista

VALOR INVESTE

Lula teve covid-19 e fez quarentena em Cuba

Pandemia abre rombo recorde em 2020

Gastos extraordinários e renúncia fiscal do governo em função da pandemia fizeram rombo chegar aos R\$ 743 bilhões no ano passado

Por **Fabio Graner e Edna Simão** — De Brasília

29/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Mesmo menor que o esperado pelo Ministério da Economia, o governo central (Tesouro, Previdência Social e Banco Central) encerrou o ano passado com um rombo de R\$ 743,1 bilhões, o equivalente a 10% do PIB. O déficit recorde foi provocado pela pandemia, que exigiu fortes gastos e medidas de renúncia de receitas, mas ficou R\$ 88,7 bilhões inferior ao previsto pelo governo.

Esse resultado melhor que o projetado ocorreu devido, principalmente, ao empoçamento de recursos (que ocorre quando o ministério tem um saldo liberado para gastar mas não o faz) e algumas despesas obrigatórias abaixo do esperado, como Previdência.

O déficit do Regime Geral de Previdência Social em 2020 foi de R\$ 259,1 bilhões, alta de 18,7% ante o ano anterior. Mesmo assim, o número foi R\$ 9,1 bilhões melhor que o estimado pelo órgão para o ano e deve ajudar na acomodação de despesas maiores em 2021, como o aumento do salário mínimo.

Em dezembro, a conta teve superávit de R\$ 4,6 bilhões, mas o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, explicou que isso decorreu por conta da antecipação de pagamentos no ano, um dos instrumentos de enfrentamento da crise.

O grande peso no déficit primário recorde, contudo, veio do Tesouro. Nos últimos anos, ele vinha tendo números positivos, mas em 2020, com as ações como auxílio

emergencial, o resultado foi deficitário em R\$ 483,4 bilhões.

Sem considerar as despesas para a covid-19, a execução do Orçamento da União ficou R\$ 52 bilhões abaixo do teto de gastos no passado. O desempenho se deve ao forte esforço fiscal, especialmente do Poder Judiciário, para conseguir fechar 2020 dentro dos limites de gastos, pois já não teria mais compensação pelo Tesouro. A exceção ao esforço foi do Ministério Público, que estourou seu limite com a benção do Tribunal de Contas da União (TCU).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Nova posição dos EUA pode reduzir 'fúria' de governo Bolsonaro em temas da saúde sexual, diz

Queixa de caminhoneiros não é nosso problema, diz presidente da Petrobras

Para Roberto Castello Branco, diesel vendido no Brasil “não é caro nem barato”

Por André Ramalho — Do Rio

29/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Roberto Castello Branco: dificuldade de caminhoneiros se deve a excesso de frota — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Em meio a ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros, no dia 1º de fevereiro, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que a dificuldade enfrentada pela categoria passa pelo excesso da frota de caminhões no país e que isso “não se trata de um problema” da petroleira. Sobre o pedido do setor para que os preços do derivado sejam reduzidos, o executivo alegou que o diesel vendido no Brasil “não é caro nem barato”, e sim alinhado ao mercado.

“Os caminhoneiros autônomos têm uma frota cuja idade média é de 20,5 anos. São caminhões antigos, altamente consumidores de diesel... O custo do diesel é muito mais alto para eles. O custo de manutenção é evidentemente mais alto. Então trata-se de um problema de excesso de oferta, não se trata de um problema da Petrobras”, afirmou Castello Branco ontem durante evento on-line do Credit Suisse.

A Petrobras chegou a ficar quase um mês sem reajustar o diesel, nas refinarias, mesmo diante da valorização de 8,9% do barril do tipo Brent no período. Na quarta-feira, a empresa aumentou o preço do litro do derivado em 4,4%. Foi a primeira alta do ano.

Mesmo assim, concorrentes da petroleira, representados pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis, afirmam que a estatal não reajustou tudo o que poderia. Importadores acusam a empresa de praticar preços abaixo da paridade internacional, ante as ameaças de greve.

No mesmo dia em que a Petrobras reajustou o diesel, o presidente Jair Bolsonaro fez um apelo para que os caminhoneiros não parassem. Disse que busca alternativas para mitigar os efeitos da alta do combustível, mas que a solução “não é fácil”. O presidente acenou que está disposto a reduzir impostos federais para baratear o derivado, mas que espera que os governadores também reduzam ICMS.

Bolsonaro disse ainda que considera “razoável” o preço do diesel nas refinarias. Ontem, foi a vez de Castello Branco alegar que o preço final do derivado no país não é caro. Ele citou uma pesquisa do site Global Petrol Prices, que monitora 165 países. No dia 18 de janeiro, o preço para o consumidor, no Brasil, estava 26,7% abaixo da média global. “O preço do diesel e demais combustíveis no Brasil não é caro nem barato, é o preço de mercado. A Petrobras não está tendo perdas com isso”, afirmou.

A Abicom acusa a Petrobras de praticar preços abaixo do preço de paridade de importação (PPI) desde meados de 2020 e estima que, mesmo com o reajuste de quarta-feira, a estatal segue vendendo o litro do diesel com uma defasagem média de R\$ 0,23. A consultoria global StoneX também calcula que há espaço para novos aumentos. Considerando o histórico dos reajustes da Petrobras, a StoneX estima que ainda há uma perspectiva de alta de R\$ 0,16 o litro nas refinarias. Já a XP Investimentos destacou que, se persistir por mais tempo, a manutenção dos descontos da estatal em relação ao PPI pode aumentar a percepção de risco sobre as ações da companhia. A defasagem estimada pela XP alcançou 14% na quarta-feira.

Castello Branco nega. Disse que há no mercado um excesso de “comentaristas de futebol” querendo opinar sobre os preços. “Posso garantir que em 2019 e 2020 a Petrobras praticou paridade de preço de importação. Mas o PPI não é um valor absoluto,”

Ele saiu em defesa da política de preços da empresa, que abandonou desde 2019 a periodicidade de reajustes. O executivo afirmou que a estatal será “paciente e cautelosa” no repasse de volatilidades aos preços internos e que a companhia não pretende mais exercer poder de monopólio, como fez entre 2015 e 2017, quando praticou margens elevadas. “A Petrobras não será mais a vilã dos preços.”

Castello Branco comentou também sobre as perspectivas de venda da fatia remanescente de 37,5% da companhia na BR Distribuidora. Disse que a estatal está com um “dedo no gatilho” à espera do melhor momento para fazer a oferta das ações e que não avançou até agora porque o papel da BR estava “claramente subvalorizado”.

“Fico feliz com a decisão do conselho da BR de ter convidado o Wilson Ferreira Jr. para ser o novo presidente. O Wilson é um profissional conhecido, tem um histórico muito bom em grandes empresas e acredito e o mercado concorda comigo, dada a reação dos preços da BR [após o anúncio do novo presidente]”, disse o executivo.

Alta de ICMS afeta frigorífico menor

Em SP, pacote fiscal do governo tende a pesar mais nas contas de produtor de menor porte

Por **Luiz Henrique Mendes e Marcela Caetano** — De São Paulo

29/01/2021 05h01 · Atualizado há 29 minutos



Para o tributarista Igor Mauler, que assessora a Abiec, as medidas “desequilibram o mercado” — Foto: Silvia Costanti/Valor

O pacote fiscal de João Doria terá um impacto menor para os exportadores de carne bovina, penalizando os frigoríficos menores que concentram as vendas no mercado doméstico. Grupos como JBS, Marfrig e Minerva, que obtêm boa parte do faturamento na exportação, podem usar o estoque de créditos de ICMS para abater a alta dos tributos, evitando o desembolso de caixa.

“Tenho crédito de exportação. O efeito final no caixa é zero”, disse o executivo de uma grande indústria. No entanto, o uso do crédito é apenas um alívio, mas não a solução. O problema é que, com o fim do benefício fiscal, alguns clientes pagarão mais caro pela carne, o que pode afetar as vendas. Além disso, a situação pode aumentar a desigualdade na indústria frigorífica.

“Os exportadores podem não desembolsar, mas vão queimar créditos que poderiam usar para outras finalidades. E pode até ter um efeito perverso. Mais uma vez, prestigia o grande. Quem não exporta muito terá o efeito [do fim do benefício fiscal] na cabeça. Desequilibra o mercado”, critica o tributarista Igor Mauler, que assessora a Abiec, a associação que representa os frigoríficos exportadores do país.

No ajuste fiscal do governo de São Paulo, a principal mudança para a cadeia da carne bovina é o fim do benefício fiscal na venda a estabelecimentos enquadrados no Simples - aqueles com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. A medida atinge os açougues em cheio, o que gerou duras críticas contra o governo. Na quarta-feira, representantes de distribuidores de carnes e açougues fizeram um protesto contra Doria, saindo do estádio Pacaembu até o Palácio dos Bandeirantes.

De acordo com Mauler, as vendas de carne para os estabelecimentos enquadrados no Simples passarão a pagar 13,3% de ICMS. Em contrapartida, as vendas para os demais clientes - como as grandes redes de supermercados - continuarão com a cobrança de 7%. Com isso, os açougues perdem competitividade. “É uma medida completamente discriminatória”, afirma o tributarista.

Para os frigoríficos paulistas, o pacote fiscal também significa redução dos créditos de ICMS que poderão ser apurados. Até o ano passado, os frigoríficos se creditavam em 7%. Com a mudança, o crédito caiu para 5,9% - inicialmente, o crédito outorgado havia diminuído para 5,6%, mas após a forte reação dos empresários contra o pacote fiscal, o governo Doria fez uma leve alteração.

Entre executivos do setor frigorífico, ninguém economiza em críticas ao governador paulista e sobretudo ao secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, Mauro Ricardo, arquiteto do pacote fiscal. O clima de animosidade em relação a Doria também aumentou após as novas restrições impostas aos restaurantes, medida adotada com o objetivo de conter a segunda onda de covid-19.

“Vai fechar os restaurantes nos dois próximos fins de semana. Quer dizer que durante a semana, quando está tudo aberto, não contamina?”, ironiza um alto executivo da indústria. “Doria está quebrando restaurantes, desempregando garçons, tocando no bolso do lojista”, criticou a fonte. Em público, porém, os executivos evitam críticas tão escancaradas ao governador de São Paulo.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carne Fresca de São Paulo, Mauro Henrique Farias Ramos, espera que o governo de São Paulo reconsidere a decisão de aumentar o ICMS para as vendas de carne. “Há um descontentamento com a inviabilidade de se trabalhar com este aumento, que afeta açougues e distribuidores. Nossa expectativa é que o governo não penalize a alimentação básica da população”, afirmou ao **Valor**.

Ele argumenta que a carne tem uma margem muito estreita e o imposto é pesado. Além disso, diz que o segmento não foi consultado sobre a mudança “A situação é grave e alguns não estão conseguindo pagar. Quem consegue está repassando ao consumidor, porém temos a questão da pandemia e do desemprego como entrave”.

A Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) divulgou nota em que afirma acompanhar com preocupação os recentes aumentos do ICMS no Estado de São Paulo para o setor de carne bovina. “O setor produtivo e os consumidores não possuem mais capacidade de arcar com aumentos de carga tributária, qualquer que seja a forma com que isso venha a ocorrer, como aumentos de alíquotas, fim de isenções, aumentos de bases de cálculos ou reduções de créditos outorgados”, disse a associação.

Conforme a Abrafrigo, o argumento de que o motivo para o ajuste seria acabar com benefícios tributários para as empresas “também não reflete a realidade, haja vista

que eventuais alterações na legislação com finalidade de aumentar a arrecadação tributária terá impacto direto sobre os custos de produção das empresas e sobre os preços finais pagos pelos consumidores”.

A associação também afirmou que, diante das incertezas do cenário econômico atual, aumentos de tributação terão impactos sobre a saúde financeira das empresas, inibindo investimentos e levando a um aumento dos atuais níveis de desemprego.

“No atual cenário (...) o necessário esforço de ajuste fiscal deve vir de outras frentes que não impliquem aumento da cobrança de impostos, especialmente com impactos que recaem mais intensamente sobre pequenas e médias empresas”.

Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado (Faesp), haverá menos crédito de ICMS outorgado à indústria, que passará de 7% para 5,9% na saída do produto da indústria, a partir do dia 1º de abril de 2021.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Pós graduação FGV, destinada a profissionais que buscam aprimoramento.

FGV

LINK PATROCINADO



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

Auxílio depende de desindexar gastos

Acabar com a desindexação é concluir o que ficou faltando no Plano Real

29/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A três dias da definição das mesas diretoras da Câmara e do Senado, o governo afia as suas propostas, a começar da aprovação do Orçamento da União para este exercício e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial, encorpada com os três D - desindexação, desvinculação e desobrigação do gasto público. Para uma fonte do Ministério da Economia, "o Orçamento deste ano e a PEC são peças definidoras do xadrez que vamos jogar", a partir da posse dos presidentes da Câmara e do Senado, na semana que vem.

As informações que chegam à equipe econômica são de que, se o vencedor do pleito para a presidência da Câmara dos Deputados for Artur Lira (PP-AL), será possível sonhar com a desindexação dos gastos orçamentários, que é, de longe, o D que mais pressiona a despesa pública. Com o apoio de Jair Bolsonaro, Lira entraria para tocar uma agenda bem afinada com o Executivo, ao contrário do antecessor, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Correção automática é resto do Plano Real

Cálculos feitos por técnicos do governo ainda em 2019 davam conta de que a indexação respondia por cerca de R\$ 60 bilhões de expansão do gasto naquele ano. Ou seja, segundo esse levantamento, 67,7% da despesa orçamentária é indexada à

inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou ainda à variação do salário mínimo. Com a aceleração recente da inflação, essa conta está sendo refeita e é, seguramente, superior àquela cifra.

A desvinculação e a desobrigação não representam possibilidade de redução do gasto, mas desengessam o Orçamento, permitindo o remanejamento de recursos e a sua realocação. Nesse aspecto, a busca de eficiência do gasto público, com a vinculação, fica comprometida na medida em que o dinheiro já é carimbado para determinadas despesas.

A partir da eventual aprovação da desindexação, desvinculação e desobrigação será possível desenhar um novo programa de auxílio emergencial e, nesse tocante, há duas hipóteses sendo tratadas na área econômica do governo: investir em uma opção estrutural e definitiva a partir de um programa de renda mínima que melhore a distribuição da riqueza no país; ou criar um novo auxílio de uns R\$ 200 por mais três meses, que seria o prazo considerado factível para a vacinação em massa da população.

A partir da vacinação espera-se uma retomada efetiva da trajetória de crescimento do país e, portanto, com a consequente recuperação do emprego e da renda.

Já em relação à primeira alternativa, não seria preciso inventar muita coisa. Bastaria ampliar o alcance do Bolsa Família com novas regras de acesso e com aumento do valor. Para os defensores de uma política de renda mínima, “esta seria uma mudança estrutural, o resto é puxadinho”.

As prioridades para este ano seriam, portanto, a saúde - com a vacinação em massa -, a renda e o emprego. Não consta dos planos do governo a hipótese de melhorar a performance do investimento público como um instrumento de retomada do crescimento econômico. Nos tempos do “milagre econômico” os investimentos públicos chegaram à 5% do PIB. Hoje eles se encontram na casa de 0,5% do PIB.

Mesmo sujeita à lei do teto de gastos, a despesa pública é extremamente rígida e, por ter praticamente dois terços dela indexados a índices de preços ou à variação do

salário mínimo, para cumprir o teto quem é penalizado é o gasto discricionário e, nele, o investimento.

“Desta vez quem vai ter que comandar a expansão do investimento é o setor privado”, salientam fontes da área econômica. Estudos do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sugerem que os recursos dos investimentos públicos deveriam ser usados como garantia para os investimentos privados.

Informações da Secretaria do Tesouro Nacional apontam uma série de despesas indexadas, a começar dos benefícios da Previdência Social, o abono salarial e o seguro-desemprego que são atrelados à variação do salário mínimo e ao INPC. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é corrigido pelo valor do mínimo e o IPCA é o índice que atualiza os valores das aplicações mínimas constitucionais para as áreas da educação e da saúde, dentre outros.

O fato de não estar oficialmente indexado a algum índice de correção não significa que aquela despesa ficará congelada nos seus valores nominais eternamente. Os salários, no setor privado, não têm correção automática, mas também não são congelados, obedecendo a uma negociação entre patrões e empregados que vai determinar os reajustes anuais conforme os ciclos econômicos e, conseqüentemente, a situação do mercado de trabalho.

Ao ser informado, no ano passado que com o fim da indexação acabariam os reajustes automáticos das aposentadorias e pensões, o presidente Jair Bolsonaro se posicionou imediatamente contra a medida. O entendimento de fontes graduadas do Ministério da Economia é que a oposição de Bolsonaro, naquela ocasião, foi influenciada pela proximidade das eleições municipais. Acredita-se que agora, com um interregno de campanhas eleitorais nos próximos nove a dez meses, o governo terá um período de “calmaria” política para tocar sua agenda de reformas. Nas contas de fontes oficiais, a campanha pela sucessão presidencial deve começar a ocupar integralmente as mentes palacianas e parlamentares por volta de setembro a outubro deste ano.

O tempo, portanto, é curto e a desindexação é um movimento que só deve ser iniciado em períodos de inflação baixa, quando os índices de preços perdem relevância para os contratos em geral. Mas acabar com a correção automática de

gastos públicos é completar o Plano Real, de 1994, que deixou essa ponta inalterada em uma época em que não era disseminada a preocupação com a crescente despesa pública, na medida em que era coberta pelo aumento das receitas com impostos e contribuições. Hoje ela é financiada pelo aumento da dívida pública.

Claudia Safatle é jornalista da equipe fundadora do Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Feliz Sprinter Nova.

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em agosto

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Diferentes formatos com excelência FGV de ensino.

FGV

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Escalada de mortes e falta de vacinação em massa colocam Bolsonaro em xeque

Compromissos com aval da União crescem 15,7% em 2020, diz Tesouro

Desembolsos da União para honrar as dívidas não pagas pelos entes atingiram no ano passado o valor recorde de R\$ 13,33 bilhões

Por **Fabio Graner** — De Brasília

29/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O saldo de garantias da União para operações de créditos, principalmente de Estados e municípios, encerrou o ano passado no nível de R\$ 296 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional.

O estoque é 15,7% superior ao verificado em 2019 e o principal motivo desse aumento foi a desvalorização do real ante o dólar, já que boa parte da dívida garantida é atrelada à taxa de câmbio.

São Paulo é o Estado com maior volume de dívida que tem aval do Tesouro, superando o Rio de Janeiro, que liderava até 2020.

Além do estoque mais alto, os desembolsos da União para honrar as dívidas não pagas pelos entes atingiram no ano passado o valor recorde de R\$ 13,33 bilhões, com um crescimento de 59,6% sobre 2019.

“Cinco Estados foram responsáveis por 94,6% do valor honrado pela União no último ano: Rio de Janeiro (R\$ 8,25 bilhões, ou 61,9% do total), Minas Gerais (3,18 bilhões, ou 23,8% do total), Goiás (R\$ 553,18 milhões, ou 4,1% do total), Pernambuco (R\$ 354,85 milhões, ou 2,7% do total) e Maranhão (R\$ 280,16 milhões, ou 2,1% do total). O valor honrado para o Estado do Rio de Janeiro inclui o pagamento realizado

em dezembro no valor de R\$ 4,28 bilhões do contrato da Cedae”, informa o Tesouro.

Desde 2016, quando a União começou a ser chamada a cobrir os calotes, principalmente dos Estados brasileiros, que se endividaram muito na década passada e elevaram suas despesas com pessoal. Isso significa que o governo federal tem tido recorrentemente uma despesa que em tese não era para ser sua, se os entes mantivessem suas obrigações em dia, elevando a dívida federal.

Entre 2016 e 2020, o Estado do Rio de Janeiro, que está virtualmente quebrado e entrou no regime de recuperação fiscal, já obrigou o governo federal a desembolsar R\$ 22,5 bilhões, sendo o maior volume da série verificado no último ano. Já Minas Gerais, que está em situação pré-falimentar, impôs uma conta de R\$ 7 bilhões para o Tesouro no últimos cinco anos.

Mesmo nesse ambiente, o Tesouro realizou 110 novas operações de garantia para empréstimos de Estados, municípios e órgãos da administração pública, como estatais. “Um aumento de 43% em relação aos 77 contratos desse tipo assinados em 2019. Desse total, 93 foram contratos de garantia internos (todos com Caixa, BB ou BNDES) e 17 contratos de garantia externos. Destaca-se a elevada participação de novas operações garantidas com municípios, que totalizaram 97 contratos assinados (88%)”, explica o órgão.

Entre os municípios, o maior estoque de dívida garantida pela União é com Rio de Janeiro (R\$7,7 bilhões), seguido de Manaus, Fortaleza, São Bernardo do Campo e Belo Horizonte.

Segundo os dados do Tesouro, as garantias internas encerraram o ano com um saldo de R\$ 114,1 bilhões, sendo cerca de um terço delas com cláusula cambial. Já as operações de crédito externas garantidas pela União apresentaram saldo de R\$ 181,9 bilhões.

Com o impacto do câmbio, o custo médio da carteira de operações de crédito garantidas pela União, nos últimos doze meses encerrados em dezembro, ficou em 25,48% ao ano.

Governo adota medidas para baratear combustível de aviação

Brasil passará a usar querosene mais barato empregado em outros países

Por Daniel Rittner — De Brasília

29/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Após meses de discussões técnicas, duas medidas idealizadas pelo governo para baratear os preços do querosene de aviação e aliviar os custos das empresas aéreas começaram a sair do papel. A decisão mais abrangente foi tomada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), ontem, ao propor formalmente a abertura do mercado para um tipo mais barato do combustível - já amplamente usado nos Estados Unidos e cuja importação no Brasil ainda é proibida.

Na terça-feira, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) havia aplicado multa de R\$ 3,48 milhões à concessionária que administra o aeroporto de Guarulhos (SP), por dificultar o acesso para novos interessados em distribuir querosene às aeronaves que se abastecem no terminal. Além do auto de infração, houve determinação de livre acesso às distribuidoras que queiram explorar o serviço no maior aeroporto do país.

Com as duas iniciativas, a expectativa do governo é iniciar um “choque” no mercado de querosene por meio do aumento da concorrência. O combustível representa, dependendo da rota, quase 40% dos custos operacionais das companhias aéreas. Na avaliação de autoridades do setor, a oferta mais ampla no fornecimento pode reduzir esses custos e até mesmo o preço das passagens. Em última instância, remove mais um complicador do mercado brasileiro e melhora o ambiente de negócios, incentivando a entrada de empresas estrangeiras no setor.

No caso da ANP, a diretoria colegiada acatou parecer técnico que propõe mudanças nas especificações para permitir o uso do querosene tipo Jet A no Brasil. Uma consulta pública com 45 dias de duração foi aberta para receber contribuições de interessados. Todos os diretores se manifestaram favoravelmente à alteração. A decisão final deve sair entre abril e maio.

Hoje só o combustível do tipo Jet A1, produzido pela Petrobras, possui a certificação necessária no país. Ele é mais resistente a temperaturas extremas e seu ponto de congelamento é nos -47° C. O Jet A, muito difundido nos Estados Unidos, forma cristais de hidrocarbonetos que diminuem o fluxo de combustível no sistema de abastecimento das aeronaves a partir de -40° C. Por isso, é banido em rotas polares.

“Não há justificativa [para sua vedação no Brasil] fora disso”, disse ao **Valor** o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, um dos principais articuladores da medida. Ele atribui ao lobby e ao protecionismo o impedimento existente até agora.

Com a adoção do Jet A, segundo Sampaio, o preço do querosene poderá cair entre R\$ 0,06 e R\$ 0,08 por litro. No processo da ANP, entidades como a IATA (associação internacional das empresas aéreas) e fabricantes de aeronaves (incluindo a Embraer) atestaram não haver problemas de segurança com a medida.

“Acreditamos que isso tende a contribuir com o aumento da concorrência no mercado da aviação”, afirmou a diretora Symone Araújo, relatora do processo.

Para o secretário-executivo, as outras medidas são mais difíceis de mensurar, mas certamente têm impacto positivo. Na decisão da Anac, o que está em jogo é o acesso à infraestrutura de dutos para a distribuição do combustível, que só existe em Guarulhos e no Galeão (RJ). A Gran Petro alegou que teve barrada sua tentativa de entrada no “pool” de fornecedores que usam o sistema.

Nas próximas semanas, a agência de aviação definirá critérios para o acesso de novas empresas no “pool”. Enquanto isso, aplicou sanção de R\$ 3,48 milhões à concessionária GRU Airport pelas travas verificadas.

Sampaio afirma que o governo está agindo em outras frentes, como na infraestrutura de tancagem para o querosene, mediante uma reconfiguração dos arrendamentos portuários. Uma das principais áreas com terminais de combustíveis do país, atualmente operada pela Transpetro em Santos (SP), foi dividida em dois. O STS 8 e o STS 8A, com a exigência de R\$ 1,4 bilhão em novos investimentos, serão leiloados no primeiro semestre. Com o novo contrato, haverá concorrência entre os terminais.

Em 2020, o Ministério da Infraestrutura começou a formular proposta de desoneração do PIS/ Cofins sobre o querosene. A fragilidade fiscal barrou a iniciativa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

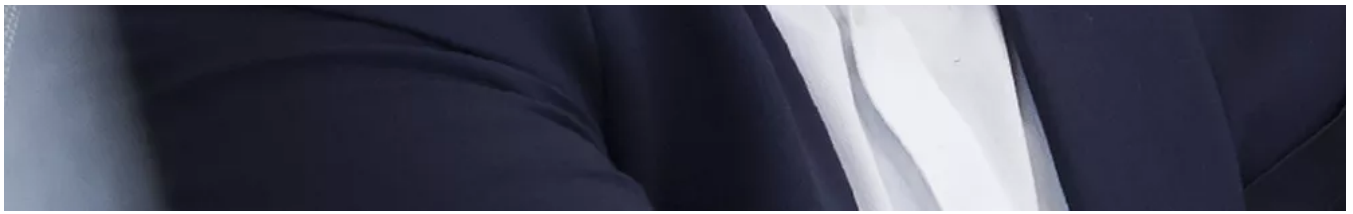
Liminar garante benefício fiscal a revendas de veículos

Decisão foi dada pela 3ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo e beneficia o sindicato que representa o setor

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

29/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Leo Lopes: processo da presidência do TJ-SP não vincula novos casos — Foto: Celso Doni/Valor

A decisão do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) suspendendo liminares concedidas aos contribuintes para manter incentivos fiscais de ICMS, no dia 20 de janeiro, não impediu que novas ações fossem ajuizadas e que as empresas continuassem se beneficiando. O Sindiauto, que representa as revendas de veículos usados, obteve decisão na 3ª Vara de Fazenda Pública dois dias depois.

Com essa liminar, todas as empresas filiadas ao sindicato conseguiram garantir a manutenção do benefício que reduz em 90% a base de cálculo do ICMS. A tributação sobre os veículos usados foi alterada por meio de um dos quatro decretos publicados pelo Estado de São Paulo no mês de outubro.

Essas quatro normas - nº 65.252, nº 65.253, nº 65.254 e nº 65.255 - revogaram benefícios fiscais de produtos de setores diversos. Houve alteração, por exemplo, em medicamentos, itens hospitalares e de higiene e alimentos.

No caso dos veículos usados, a redução da base de cálculo passou de 90% para 68,3%. Antes, na revenda de um automóvel de R\$ 100 mil, por exemplo, teria de ser recolhida a alíquota de 18% do ICMS sobre apenas 10% do preço - no caso R\$ 10 mil. Já com o decreto, o imposto recai sobre 31,7% do preço, que, usando o mesmo exemplo, seria R\$ 31,7 mil.

“Houve aumento de imposto na ordem de 200%. Caiu como uma bomba para o setor de veículos usados”, diz o advogado Renato Aparecido Gomes, do escritório Gomes, Almeida e Caldas Advocacia.

Ele afirma que a redução da base de cálculo existe para corrigir uma distorção no sistema. “A revendedora não ganha o valor cheio do carro. Ela compra por um preço e vende por um valor um pouco maior. Com um imposto tão alto, os comerciantes vão acabar pagando para trabalhar. O negócio não se sustenta”, acrescenta.

Os quatro decretos que foram publicados pelo Estado de São Paulo têm base na Lei nº 17.293, em vigor desde o início de outubro. Essa legislação conferiu ao Executivo a possibilidade de renovar ou reduzir benefícios fiscais de ICMS no Estado.

Para os contribuintes, no entanto, essas alterações não podem ser feitas por meio de decreto. “É uma afronta à Constituição do Estado de São Paulo. Somente o Legislativo tem poder para fazer mudanças na base de cálculo do ICMS”, diz o advogado Daniel Poço, do Poço Consultoria Jurídica Empresarial, que representa o Sindiauto nesse caso.

Além disso, acrescenta, a legislação federal determina que concessões ou revogações de incentivos fiscais só podem ser estabelecidas por meio de convênios firmados entre os Estados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

“O juiz decidiu em favor do Sindiauto com base no aspecto técnico, não de mercado, mesmo havendo grande impacto”, afirma Poço. Esse setor, ele diz, responde por mais de 300 mil empregos diretos no Estado.

Ao decidir sobre esse caso, o juiz Luis Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara de Fazenda Pública, citou o artigo 150 da Constituição Federal. “A delegação irrestrita que aqui se discute parece conceder todo o poder outrora concedido ao Legislativo (ou aos convênios) unicamente ao chefe do Poder Executivo Estadual”, diz (processo nº 1003537-90.2021.8.26.0053).

No dia 20 de janeiro - dois dias antes dessa decisão - a Procuradoria do Estado de São Paulo (PGE) havia conseguido derrubar quatro liminares favoráveis aos contribuintes por meio de um recurso apresentado diretamente ao presidente do TJ-SP, Geraldo Francisco Pinheiro Franco. O desembargador levou em conta, para atender o pedido, os danos que poderiam ser causados aos cofres do Estado.

Na ação, a Secretaria de Fazenda e Planejamento informou que o impacto, com o efeito multiplicador desses pedidos, seria de R\$ 7,3 bilhões. O Estado alegou ainda que não há margem operacional positiva ou fonte alternativa de recurso para compensar a supressão dessa receita fiscal.

“O juiz de primeira instância pode continuar decidindo de forma favorável ao contribuinte porque esse processo da presidência não vincula novos casos. Tratou especificamente das ações que foram indicadas pela PGE. Mas, certamente, a procuradoria, ao ser intimada, vai levantar esse ponto e deve ir ao presidente de novo”, diz Leo Lopes, sócio do FAS Advogados.

A PGE de São Paulo foi procurada, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

Kit com 5x camisas Lacoste com 50% de desconto!

CAMISAS KIT

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Nova posição dos EUA pode reduzir 'fúria' de governo Bolsonaro em temas da saúde sexual, diz especialista